RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NILÓPOLIS/RJ - PREVIDENCIÁRIO

Perfil I

Data focal da avaliação atuarial: 31/12/2023

Nome do Atuário responsável: Felix Orlando Villalba

Número de registro do atuário: 1906

Número da versão do documento: 1

Data da elaboração do documento: 23/03/2024

Consultoria



Sumário

1.	INT	RODUÇÃO	5
2.	OB	JETIVOS	6
3.	BAS	SE NORMATIVA	7
3	3.1.	NORMAS GERAIS	7
3	3.2.	NORMAS DO ENTE FEDERATIVO	8
4. Nº		NO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE CONFORME A LEI COMPLEMENT DE 03/08/2022 QUE ESTÁ DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019	
4	4.1	CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	9
	DAS	S REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA AS APOSENTADORIAS	10
	Cál	culo dos Proventos – Regra de Transição	11
5.	REC	GIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO	12
	5.1.	DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS	12
	a)	Regime Financeiro de Capitalização (CAP)	12
	b)	Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura (RCC)	12
į	5.2.	DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO	12
	5.3.	RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO	13
6.	HIP	OTESES ATUARIAIS E PREMISSAS	13
6	5.1.	TÁBUAS BIOMÉTRICAS:	14
6	5.2.	ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS:	14
	a)	Rotatividade	14
	b)	Expectativa de reposição de segurados ativos	15
6	5.3.	ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS	15
6	5.4.	TAXA DE JUROS ATUARIAL	16
6	5.5.	ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA	16
	a)	Idade estimada de ingresso em algum regime previdenciário	16
	b)	Idade estimada de entrada em aposentadoria programada	16
	c)	Abono Permanência.	16
6	5.6.	COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR	16
6	5.7.	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	17
e	5.8.	DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES	17

-			
e Con	2 sultoria	g a) Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remuneraç	ções e
	prov	ventos.	
	b)	Benefícios a conceder com base na média das remunerações ou com base na últim	
		nuneração	
7.		Estimativa do crescimento real do teto de contribuição do RGPSÁLISE DA BASE CADASTRAL	
	AINA '.1.	DADOS FORNECIDOS E SUA DESCRIÇÃO	
•	.1.		
/		ANÁLISE DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL	
	a)	Atualização da base cadastral. Amplitude da base cadastral.	
	b)	Consistência da base cadastral.	
	۲) c)		
_	d)	Sumário Executivo	
/	.3.	PREMISSAS ADOTADAS PARA AJUSTE TÉCNICO DA BASE CADASTRAL	
	a)	Servidores Ativos:	
	b)	Servidores Inativos:	
7	c) .4.	Servidores Pensionistas:	
-		RECOMENDAÇÕES PARA A BASE CADASTRAL	
8.		SULTADO ATUARIAL	
_	.1.	ATIVOS DO PLANO	
_	.1.1.		
•	.1.2.		
•		Plano de Custeio Atual	
	.2.1.	·	
	.2.2.	5 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	
	.3.	PROVISÕES MATEMÁTICAS – Compromissos do Plano	
	.4.	RESULTADO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	
	.5.	VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS	
	.6.	•	
_	.7.	BALANÇO ATUARIAL – SUMÁRIO EXECUTIVO	
		NO DE CUSTEIO PROPOSTO	
	.1.	CUSTEIO NORMAL CALCULADO POR BENEFÍCIO	
	.2.	ALÍQUOTA NORMAL RECOMENDADA	
10.		QUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL	
- 1	0.1.	PRINCIPAIS CAUSAS DO DEFICIT ATUARIAL	29

10.2. CENÁRIOS COM AS POSSIBILIDADES DE EQUACIONAMENTO DO DEF	FICIT
10.2.1. Prazo Fixo considerando Déficit Técnico Integral	31
11. CUSTEIO ADMINISTRATIVO	
11.1. LEVANTAMENTO DO CUSTO ADMINISTRATIVO DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	40
11.2. ESTIMATIVA DE CUSTO ADMINISTRATIVO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	40
11.3. RECOMENDAÇÕES DIVERSAS	41
12. ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS	41
12.1. Análise comparativa dos Compromissos	41
12.2. Análise comparativa das Características do Grupo	42
13. AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS	43
13.1 Perfil atuarial	43
13.2 Porte do Regime	44
14. ANÁLISES	44
14.1 Análises dos Gastos	45
14.2 Perspectiva de Alteração na Massa de Segurados Ativos	45
14.3. Análise de Sensibilidade	46
15. PARECER ATUARIAL	48
16. ANEXOS	55
ANEXO 1 - ESTATÍSTICAS	55
GRUPO GERAL	56
GRUPO DOS SERVIDORES ATIVOS	57
GRUPO DOS SERVIDORES INATIVOS	61
GRUPO DOS PENSIONISTAS	63
ANEXO 2 - PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONTABILIZAR CONF. NOVO PCASP	65
ANEXO 3 - PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMO DOZE MESES	
ANEXO 4 - PROJEÇÕES ATUARIAIS PARA O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO	67
ANEXO 5 - RESULTADO DA DURAÇÃO DO PASSIVO E ANÁLISE EVOLUTIVA	69
ANEXO 6 - DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO (arts. 49 a 51 da Polita de 02/06/2022)	
ANEXO 7 - TÁBUAS EM GERAL	75
ANEYO 8 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES	70



1. INTRODUÇÃO

A Constituição brasileira define entre seus artigos 194 a 204 o conceito de SEGURIDADE SOCIAL, a qual está estruturada em três pilares: Assistência; Previdência; e Saúde.

No que diz respeito a previdência, atualmente, o sistema brasileiro possui três categorias: Regime Geral da Previdência Social (RGPS); Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS); e Previdência Complementar.

Neste estudo técnico atuarial, serão avaliados os aspectos referentes a previdência dos servidores públicos municipais pertencentes ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de NILÓPOLIS/RJ - PREVIDENCIÁRIO, atendendo o artigo 40 da Constituição Federal, tendo por finalidade preservar o equilíbrio financeiro e atuarial. Destaca-se que, além de atender a Constituição brasileira, o modelo proposto está em conformidade com a Lei Federal nº 9.717/98, as Emendas Constitucionais e demais legislações correlatas, bem como as leis específicas deste município.

O relatório atende a Portaria nº 1.467 de 2022 que define os parâmetros para as avaliações atuariais.



2. OBJETIVOS

A EC2G Assessoria e Consultoria Ltda, tem por finalidade apresentar a análise técnicoatuarial do regime de previdência, baseando-se no exercício findo em 2023, de acordo com as informações e bases de dados posicionadas em 31 de dezembro de 2023.

O plano de benefícios será avaliado objetivando a garantia das obrigações previdenciárias, a qual ocorrerá por intermédio de reservas matemáticas, constituídas por meio da arrecadação de contribuição previdenciária, rentabilidade financeira dos ativos do plano, compensação previdenciária, entre outras possibilidades de receita. Portanto, o trabalho consistirá em realizar:

I. Análise da legislação previdenciária do município

Na legislação municipal constam informações fundamentais para apuração da situação atuarial do regime como: plano de benefício proposto pelo RPPS, atual plano de custeio (alíquota normal e suplementar), despesas administrativas, plano de carreira, entre outras características individuais deste sistema.

II. Análise da Consistência e da base de dados e outras informações

Em conjunto com a legislação, a base de dados fundamenta os resultados atuariais para o exercício. Consequentemente, testes de consistência e confiabilidade das bases de dados que contêm as informações dos servidores ativos, inativos e pensionistas são realizados para garantir a solidez dos resultados obtidos.

Além disto, realiza-se a verificação dos dados gerais do plano, como rentabilidade durante o exercício, base total de contribuição de cada grupo, saldo do plano, entre outras informações requisitadas à unidade gestora e outras retiradas de demonstrativos cadastrados no sistema CadPrev.

III. Formalização dos resultados atuariais

Fundamentado nas análises anteriores, realiza-se o cálculo das reservas matemáticas do plano e custos previdenciários; indicam-se as possibilidades para amortização do déficit técnico atuarial, caso exista; calculam-se as projeções atuariais contemplando as despesas e receitas previdenciárias, assim como a evolução do saldo financeiro.

Destaca-se que esta avaliação atende ao modelo do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPPS através da portaria nº 1.467 de 2022.



3. BASE NORMATIVA

Compõe-se por legislações que pautam o funcionamento e estrutura do regime próprio. Neste conjunto legal encontram-se a constituição federal, leis ordinárias federais e municipais, portarias e instruções normativas.

3.1. NORMAS GERAIS

Estas normas aplicam-se a todos os regimes próprios juridicamente constituídos.

Artigo 40 da Constituição Federal de 1988

Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

Destaca-se as regras dispostas pela Emenda Constitucional nº 20, de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 41, de dezembro de 2003, pela Emenda Constitucional nº 47, de julho de 2005 e pela Emenda Constitucional nº 70, de março de 2012.

Ressalta-se ainda a aplicabilidade de dispositivos vinculados à Emenda Constitucional nº 103, de 13 novembro de 2019, em especial à limitação do rol de benefícios às aposentadorias e pensões e à alíquota contributiva dos segurados e beneficiários, observada legislação editada pelo ente federativo.

Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

A Lei dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. Em especial, estabelece a realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

Dispõe sobre a compensação financeira entre o RGPS e os RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.



• Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

• Lei nº 10.887 de 18 de junho de 2004.

Dispõe sobre a aplicação de disposições da EC nº 41/2003, altera dispositivos das Leis nº 9.717/1998, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

• Portaria nº 1467 de 02 junho de 2022

Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

3.2. NORMAS DO ENTE FEDERATIVO

Constituem-se em normas específicas do funcionamento do regime próprio em questão. Definem o plano de benefícios, estrutura de funcionamento, plano de custeio, taxas administrativas, segregação de massas além de outras questões.

LEI	DATA	DESCRIÇÃO
6458	23/12/2014	Plano de Amortização do Déficit Atuarial
141	27/9/2018	Reestruturação do RPPS de Nilópolis
143	27/9/2018	Plano de Custeio do RPPS de Nilópolis
155	17/12/2020	Altera a alíquota de acordo com a EC 103/2019
166	15/12/2021	Altera a Lei Complementar 141/2018
172	3/8/2022	Altera a Lei Complementar 141/2018
179	29/11/2022	Altera o Art.4º da Lei Complementar 143/2018
24	29/06/2022	Emenda modificativa ao Artigo 20 da Lei Orgânica do Município de Nilópolis

4. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE CONFORME A LEI COMPLEMENTAR Nº 172, DE 03/08/2022 QUE ESTÁ DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019

O Regime Próprio de Previdência Social, no que concerne à concessão de benefícios aos seus participantes e beneficiários, compreenderá os seguintes benefícios:

I - quanto ao participante:



- a) aposentadoria por incapacidade permanente de trabalho;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade;
- d) aposentadoria especial.
- II quanto ao dependente:
- a) pensão por morte.

4.1 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Descrição dos critérios de concessão dos benefícios previdenciários:

Benefício	Critério de Concessão
Aposentadoria por Incapacidade permanente para o trabalho	No cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria
Aposentadoria Compulsória	Com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar
Aposentadoria Voluntária por Idade	Voluntariamente, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; e b) 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;
Aposentadoria Especial do Professor	Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo.
Pensão Por Morte	Será concedida a dependente de servidor público, será equivalente a uma cota familiar de 50% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100%

Para o cálculo dos benefícios, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior aquela competência.

A média a que se refere será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social para os segurados desse regime e para o servidor que ingressou no serviço público em cargo efetivo após a implantação do regime de previdência complementar.

DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA AS APOSENTADORIAS Dos Requisitos para a Aposentadoria — 1º Regra Geral

Servidor público municipal que tenha ingressado no serviço público, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social, em cargo efetivo até a data de entrada em vigor da lei, poderá aposentar-se voluntariamente, quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- 61 anos de idade, se homem, e 56 anos de idade se mulher
- 35 anos de contribuição para homem e 30 para mulher;
- 20 anos de efetivo exercício no serviço público;
- 5 anos no cargo em que se der aposentadoria
- Somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 pontos, se mulher, e 96 pontos se homem.
 - A partir de 1º de janeiro de 2022, a idade mínima será acrescida a cada ano de 1 ponto, até atingir o limite de 100 pontos, se mulher, e de 105 pontos, se homem.

Dos Requisitos para a Aposentadoria — 2º Regra Geral

O servidor público municipal que tenha ingressado no serviço público, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social, em cargo efetivo até a data de entrada em vigor da lei, poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- 60 anos de idade, se homem e 57 anos de idade se mulher;
- 35 anos de contribuição para homens e 30 para mulher;
- 20 anos de efetivo exercício no serviço público;
- 5 anos no cargo em que se der aposentadoria
- Período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta lei, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição.

Aposentadoria dos Titulares de Cargo de Professor – 1^a Regra

Para o titular do cargo de professor que tenha ingressado no serviço público, vinculado ao Regime próprio de previdência social, em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta lei e comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos para aposentadorias serão, cumulativamente, os seguintes:

56 anos de idade, se homem e 51 anos de idade se mulher;



- 30 anos de contribuição para homem e 25para mulher;
- 20 anos de efetivo exercício no serviço público;
- 5 anos no cargo em que se der aposentadoria
- Somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalentes a 81 pontos, se mulher e 91 pontos se homem.
 - A idade mínima será de 52 anos de mulher e 57 anos se home, a partir de 1º janeiro de 2022.
 - Em relação a pontuação, a partir de 1º de janeiro de 2020, a cada ano será acrescido 1 ponto até atingir o limite de 92 pontos, se mulher, e de 100 pontos, se homem.

Aposentadoria dos Titulares de Cargo de Professor – 2ª Regra

Para o titular do cargo de professor que tenha ingressado no serviço público, vinculado ao Regime próprio de previdência social, em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta lei e comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos para aposentadorias serão, cumulativamente, os seguintes:

- 55 anos de idade, se homem e 52 anos de idade se mulher;
- 30 anos de contribuição para homem e 25para mulher;
- 20 anos de efetivo exercício no servico público;
- 5 anos no cargo em que se der aposentadoria
- Somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalentes a 81 pontos, se mulher e 91 pontos se homem.
 - A idade mínima será de 52 anos de mulher e 57 anos se home, a partir de 1º janeiro de 2022.
 - Em relação a pontuação, a partir de 1º de janeiro de 2020, a cada ano será acrescido 1 ponto até atingir o limite de 92 pontos, se mulher, e de 100 pontos, se homem.

Cálculo dos Proventos – Regra de Transição

➤ Vinculação até 31/12/2003:

À totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, para o servidor público ou professor que tenha ingressado no serviço público, com vinculação ao Regime Próprio de Previdência Social, em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003, desde que tenha cumprido 5 anos no nível ou classe em que for concedida a aposentadoria e se aposente aos:

- a) no mínimo, 62 anos de idade se mulher e 65 se homem
- **b)** 57 anos se mulher e 60 anos de idade se homem para os titulares de cargo de professor.



Vinculação após 01/01/2004:

Média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotadas como base para as contribuições ao regime próprio de Previdência social e ao regime geral de previdência social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares, atualizados monetariamente, correspondente a 100% do período contributivo desde a competência julho de 1994, ou desde o início da contribuição, se posterior aquela competência.

O valor dos proventos de aposentadoria corresponderá a 60% da média aritmética definida acrescida de 2% para cada ano de contribuição que exercer o tempo de 20 anos para os benefícios de Aposentadoria Voluntária, Aposentadorias dos Servidores que Exercem Atividades Especiais e para a Aposentadoria do Professor.

5. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO 5.1. DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS

Os regimes financeiros determinam a forma adotada para o financiamento dos benefícios, ou seja, como serão quantificadas as contribuições necessárias face aos fluxos de pagamento de benefícios e demais despesas previstas para o plano. O dimensionamento das reservas matemáticas é função do regime adotado: repartição simples, repartição de capitais de cobertura ou capitalização.

a) Regime Financeiro de Capitalização (CAP).

O regime financeiro de capitalização possui uma estrutura técnica que consiste em determinar as contribuições necessárias e suficientes a serem arrecadadas ao longo do período laborativo do segurado para custear a sua aposentadoria e os demais benefícios previstos ao longo da fase de percepção de renda.

Pressupõe, para tanto, a formação de provisões matemáticas de benefícios a conceder (segurados ativos) e provisões matemáticas de benefícios concedidos (beneficiários em gozo de renda.

b) Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura (RCC).

O regime de Repartição de Capitais de Cobertura caracteriza-se pela constituição da garantia total dos benefícios gerados em determinado período neste mesmo período.

De maneira simples: benefícios instaurados em determinado ano, deverão ter suas garantias financeiras completamente formadas neste mesmo ano.

5.2. DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Para os benefícios em calculados pelo regime de capitalização foi utilizado o método **Agregado por Idade Atingida** — Similar ao método do prêmio nivelado individual (Método onde o valor presente do benefício do participante e seus eventuais incrementos são alocados de maneira nivelada dentro dos futuros ganhos do indivíduo entre a idade

atual até a idade projetada de saída), contudo é feito de maneira conjunta sem a apuração individual do custeio de cada participante.

5.3. RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO

Abaixo, um sumário executivo contendo o regime financeiro e o método de financiamento utilizado para calcular os compromissos gerados pelos benefícios cobertos.

SUMÁRIO EXECUTIVO – Regime Financeiro e Método de Financiamento dos Benefícios

Benefícios	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Idade e Compulsória	CAP	AGREGADO ORTODOXO
Aposentadoria por Invalidez	CAP	AGREGADO ORTODOXO
Pensão por Morte de Ativo	RCC	-
Pensão por Morte de Aposentado Válido	RCC	-
Pensão por Morte de Aposentado Inválido	CAP	AGREGADO ORTODOXO

6. HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS

Descrição das Hipóteses:

- <u>Taxa Real Anual de Juros</u>: taxa de juros utilizada para desconto do fluxo atuarial de pagamentos e contribuições, observados os limites estabelecidos em pelo órgão regulador.
- <u>Tábua de Mortalidade Geral:</u> tábua utilizada para cálculo de rendas futuras com base na expectativa de vida e morte de um determinado grupo de indivíduos.

Para fins de comparação, segue abaixo quadro contendo a expectativa de vida, conforme as tábuas utilizadas em planos de aposentadoria:

orem.	AT-1983		AT 2000		IBGE 2021		IBGE 2022	
Idade	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina
000	84,06	78,69	84,34	80,07	80,52	73,56	78,96	71,96
:	:	÷	:	:	÷	÷	:	:
050	35,46	31,07	35,71	32,28	33,33	28,80	32,19	27,83
055	30,83	26,77	31,06	27,88	28,94	24,78	27,80	23,81
060	26,32	22,62	26,53	23,64	24,71	20,97	23,56	20,06
065	21,98	18,63	22,17	19,55	20,68	17,39	19,54	16,55
070	17,87	14,96	18,02	15,76	16,94	14,10	15,82	13,38
075	14,02	11,72	14,14	12,41	13,57	11,22	12,39	10,51
080	10,61	8,96	10,70	9,55	10,64	8,80	9,41	8,06
085	7,77	6,75	7,82	7,19	8,20	6,75	6,96	6,04
090	5,60	5,07	5,62	5,36	6,13	4,90	5,20	4,65
095	4,12	3,75	4,13	3,98	4,30	3,23	3,59	3,25



- <u>Tábua de Mortalidade de Inválidos:</u> tábua utilizada para cálculo de rendas futuras com base na expectativa de vida e morte de um determinado grupo de indivíduos inválidos.
- <u>Tábua de Entrada em Invalidez:</u> tábua utilizada para cálculo de rendas futuras com base na experiência de entrada em invalidez de um determinado grupo de indivíduos.
- <u>Tábua de Rotatividade:</u> é um fator decremental que representa a expectativa do número daqueles que solicitarão o cancelamento do Plano de Benefícios ou, ainda, que desistirão deste, sem que tenha direito a quaisquer benefícios assegurados pelo Plano.
- Projeção de Crescimento Real dos Salários: essa hipótese está relacionada à política de remunerações do ente, dos procedimentos e critérios que determinam à evolução funcional e salarial, e apresenta qual o percentual de crescimento real dos salários, acima da inflação, a avaliação atuarial deverá considerar na busca do benefício futuro do servidor.
- <u>Projeção de Crescimento Real dos Benefícios:</u> essa hipótese não é aplicada ao plano, ela apresenta qual o percentual de crescimento real dos benefícios, acima da inflação, que a avaliação atuarial deverá considerar no cálculo da provisão matemática.
- <u>Fator de Determinação Valor Real Salários:</u> fator que reflete a perda média do poder aquisitivo do salário entre duas datas base de reajuste.

<u>Fator de Determinação Valor Real - Benefícios:</u> fator que reflete a perda média do poder aquisitivo do benefício entre duas datas base de reajuste

6.1. TÁBUAS BIOMÉTRICAS:

Tábua de Mortalidade de Válidos			
Fase Laborativa	Fase pós Laborativa		
IBGE 2022 -Segregada por Sexo	IBGE 2022 -Segregada por Sexo		
Tábua de Mortalidade de Inválido	Tábua de Entrada em Invalidez		
IBGE 2022 -Segregada por Sexo	ALVARO VINDAS		

ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS:

a) Rotatividade.

O percentual de rotatividade utilizado na avaliação dos compromissos foi de 0,00% (zero por cento).



b) Expectativa de reposição de segurados ativos.

Pela característica do serviço público, como a necessidade de realização de concurso público para contratações e da situação financeira do ente municipal, não há como prever de maneira verossímil a admissão e reposição de servidores independentemente da causa. Por isto, não são realizadas previsões para a expectativa de reposição de segurados.

6.2. ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS

Foi considerado o percentual oriundo do <u>"Relatório de Aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras"</u> elaborado pela RTM Consultoria Previdenciária em 20/07/2023, conforme abaixo:

SUMÁRIO EXECUTIVO

A tabela a seguir apresenta comparativo entre as hipóteses e premissas atuariais vigentes e os resultados verificados no estudo de aderência das hipóteses – exercício 2023.

Premissas utilizadas no cálculo atuarial

PREMISSA		HIPÓTESES VIGENTE	HIPÓTESES RESULTANTES DOS TESTES DE ADERÊNCIA	
Regimes e M	étodos			
Regime Financeiro		Capitalização para os Benefícios Programados e Repartição de Capitais de Cobertura para os Benefícios de Risco	Capitalização para os Benefícios Programados e Repartição de Capitais de Cobertura para os Benefícios de Risco	
Método At	uarial	Agregado	Agregado	
Bases Econômicas	e Financeiras			
Taxa de Juros Real		Conforme Duração do Passivo	Conforme Duração do Passivo	
Taxa de Crescimento Salarial		1,00% a.a.	1,53% a.a.	
Hipóteses Bio	métricas			
Fase laborativa	Masculino	IBGE – 2021 Masc.	IBGE – 2021 Masc.	
Fase laborativa	Feminino	IBGE – 2021 Fem.	IBGE – 2021 Fem.	
Face with laboration	Masculino	IBGE – 2021 Masc.	IBGE – 2021 Masc.	
Fase pós-laborativa	Feminino	IBGE – 2021 Fem.	IBGE – 2021 Fem.	
Mortalidade de	Masculino	IBGE – 2021 Masc.	IBGE – 2021 Masc.	
Inválidos	Feminino	IBGE – 2021 Fem.	IBGE – 2021 Fem.	
Entrada em Invalidez		ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS	

Taxa de Crescimento da Remuneração

Taxa Real do Crescimento dos Proventos



1,53% 0,00%

6.3. TAXA DE JUROS ATUARIAL

Como taxa de juros atuarial utilizada para descapitalizar o fluxo de contribuições e benefícios foi definido o percentual de 4,68% a.a (Quatro inteiros e sessenta e oito centésimo por cento), considerando a PORTARIA MPS Nº 3.289, DE 23 DE AGOSTO DE 2023, que altera o art. 4º no Anexo VII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, referente à taxa de juros parâmetro das avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social para o exercício de 2024.

6.4. ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA

a) Idade estimada de ingresso em algum regime previdenciário.

Para idade estimada de ingresso no primeiro regime previdenciário utilizou-se a seguinte regra: caso esteja descrita na base de dados recebida, utiliza-se o dado recebido. Caso contrário, usa-se a idade de vinculação ao ente municipal caso seja menor ou igual a vinte cinco anos, mas se foi maior que 25 anos, pressupõe-se que o servidor ingressou com 25 anos em algum regime previdenciário.

b) Idade estimada de entrada em aposentadoria programada.

Para determinar a idade de entrada em aposentadoria, utilizam-se as seguintes informações: idade; sexo; cargo; idade de vinculação ao ente municipal; idade de ingresso no primeiro regime previdenciário; e idade de entrada no cargo atual.

Utilizando-se do cargo, idade de vínculo e sexo do segurado, definem-se os tempos de contribuição e idades mínimas necessários estabelecidos pela legislação para a concessão do benefício. Com requisitos mínimos definidos, usam-se as idades de vinculação no ente municipal, primeiro regime previdenciário e cargo para definir o tempo faltante para a aposentadoria.

c) Abono Permanência.

Considerou-se que nenhum servidor irá optar pelo direito do abono permanência.

6.5. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

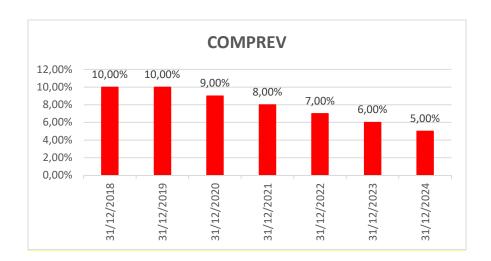
Para estimar os compromissos gerados pelos benefícios de pensão por morte tanto de segurado válido como segurado aposentado, utilizou-se a composição familiar do ente municipal de NILÓPOLIS/RJ - PREVIDENCIÁRIO.



6.6. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

A compensação previdenciária foi estimada considerando o percentual de **6%** sobre o Valor Atual dos Benefícios Futuros Concedidos e a Conceder.

Conforme a Portaria 1467/2022, para quem utiliza o percentual determinado por ela, sofrerá redução até 2024, e neste exercício será reduzido de 7% para 6%, e como é uma conta REDUTORA do Passivo Atuarial, quanto MENOR o seu percentual, MAIOR será o Passivo Atuarial.



6.7. DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES

a) Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos.

Foi utilizado fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações correspondente a 0,98, considerando a projeção de inflação conforme relatório Focus – Bacen.

b) Benefícios a conceder com base na média das remunerações ou com base na última remuneração.

Utilizou-se como benefício projetado a última remuneração do servidor ativo capitalizado até a data de prevista de aposentadoria. Destaca-se que, para servidores que ingressaram no ente municipal antes de 2004, projeta-se que o benefício será integral. Para benefícios posteriores, considera-se a regra do cálculo do valor do benefício.

c) Estimativa do crescimento real do teto de contribuição do RGPS.

Estima-se que não haverá crescimento real no teto de benefícios do RGPS.



7. ANÁLISE DA BASE CADASTRAL

7.1. DADOS FORNECIDOS E SUA DESCRIÇÃO

Foram requisitadas à unidade gestora as informações descritas no leiaute mínimo estabelecido pela secretaria da previdência. Neste arquivo, são requisitadas informações de servidores ativos, inativos e pensionistas referentes a características vitais a estimação dos compromissos atuariais. Além destes, são requisitados dados de natureza cadastral, financeira, contábil e legislativa do RPPS.

Em conjunto, estas informações tornarão possível auferir os compromissos, definir as alíquotas de contribuição e analisar possíveis riscos atuariais futuros pertinentes ao regime.

7.2. ANÁLISE DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

a) Atualização da base cadastral.

A base cadastral recebida tem data focal em dezembro de 2023. Consequentemente mostrou-se atualizada para a realização da avaliação atuarial. Além disto, a unidade gestora e o ente federativo e suas autarquias realizaram a atualização das informações antes do envio das mesmas para a confecção da avaliação atuarial.

Destaca-se que a data da realização do último censo previdenciário no município foi 31/12/2023 conforme

b) Amplitude da base cadastral.

A base cadastral foi considerada satisfatória no critério amplitude. Isto se deve ao cruzamento de informações de natureza pública realizados previamente a realização da avaliação.

c) Consistência da base cadastral.

Considerou-se que as informações da base cadastral apresentaram consistência satisfatória. Esta afirmação deve-se à realização de testes individuais nas variáveis e comparativos dos totais apresentados na base cadastral frente ao DRAA do ano anterior.

d) Sumário Executivo

Abaixo, apresentamos um sumário executivo referente à consistência e completude da base cadastral. Para finalizar, destaca-se que existiu comunicação digital entre a empresa e a unidade gestora com objetivo de responder os questionamentos realizados.

Sumário Executivo – Consistência e completude da Base Cadastral

	DESCRIÇÃO	CONSISTÊNCIA	COMPLETUDE
ATIVOS	IDENTIFICAÇÃO	76% - 100%	76% - 100%
AIIVOS	SEXO	76% - 100%	76% - 100%



sultoria 📂			
	ESTADO CIVIL	76% - 100%	76% - 100%
	DATA DE NASCIMENTO	76% - 100%	76% - 100%
	DATA DE INGRESSO NO ENTE	76% - 100%	76% - 100%
	IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	76% - 100%	76% - 100%
	BASE DE CÁLCULO	76% - 100%	76% - 100%
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO RGPS	76% - 100%	76% - 100%
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA OUTROS RPPS	76% - 100%	76% - 100%
	DATA DE NASCIMENTO DO CÔNJUGE	26% - 50%	26% - 50%
	NÚMERO DE DEPENDENTES	76% - 100%	76% - 100%
	IDENTIFICAÇÃO	76% - 100%	76% - 100%
	SEXO	76% - 100%	76% - 100%
	ESTADO CIVIL	76% - 100%	76% - 100%
	DATA DE NASCIMENTO	76% - 100%	76% - 100%
	DATA DE NASCIMENTO DO CÔNJUGE	26% - 50%	26% - 50%
	DATA DE NASCIMENTO DO DEP. MAIS NOVO	0% - 25%	0% - 25%
INATIVO	VALOR DO BENEFÍCIO	76% - 100%	76% - 100%
	CONDIÇÃO DO APOSENTADO	76% - 100%	76% - 100%
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS	76% - 100%	76% - 100%
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA OUTROS REGIMES	76% - 100%	76% - 100%
	VALOR MENSAL DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	76% - 100%	76% - 100%
	NÚMERO DE DEPENDENTES	76% - 100%	76% - 100%
	IDENTIFICAÇÃO DA PENSÃO	76% - 100%	76% - 100%
	NÚMERO DE PENSIONISTAS	76% - 100%	0% - 25%
	SEXO DO PENSIONISTA PRINCIPAL	76% - 100%	76% - 100%
PENSÃO	DATA DE NASCIMENTO	76% - 100%	76% - 100%
	VALOR DO BENEFÍCIO	76% - 100%	76% - 100%
	CONDIÇÃO DO PENSIONISTA	76% - 100%	76% - 100%
	DURAÇÃO DO BENEFÍCIO	76% - 100%	76% - 100%

7.3. PREMISSAS ADOTADAS PARA AJUSTE TÉCNICO DA BASE CADASTRAL

Abaixo, descrevemos as premissas que são adotadas para corrigir bases de dados inconsistentes. Separamos as correções pela situação dos segurados e pelas variáveis.

a) Servidores Ativos:

САМРО	CRITÉRIO DE CORREÇÃO
DATA DE NASCIMENTO	No caso da idade do servidor ativo ser inferior a dezoito anos, ajustara-se a idade do mesmo para a idade média do grupo ativo discriminada por sexo.
DATA DE INGRESSO NO ENTE	Em caso da inexistência da data de ingresso no ente e do tempo de contribuição para o RGPS, presume-se que o participante tenha se vinculado ao ente com 25 anos de idade.
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO RGPS	Caso as informações sobre a data de ingresso no ente estejam disponíveis, se for inferior a 25 anos, supõe-se que o participante nunca tenha contribuído para o RPPS. Caso contrário, adota-se a idade de vinculação ao ente menos 25 anos como tempo de contribuição para o RGPS.



IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	Em caso da inexistência do dado, corrige-se a informação pelo cargo de maior proporção na base de dados.		
BASE DE CÁLCULO	Remunerações inferiores ao salário-mínimo ou extremamente elevadas foram ajustadas para o salário médio do grupo discriminado por cargo e sexo.		
DATA DE NASCIMENTO DO CÔNJUGE	O cônjuge possui a mesma idade do servidor titular.		
ESTADO CIVIL	Pressupõe-se que determinada proporção do grupo possui cônjuge.		
SEXO	Servidores sem informações de sexo são corrigidos pela proporção do grupo em caso da inexistência do nome.		
NÚMERO DE DEPENDENTES	Supõe-se que metade dos servidores tem um dependente.		
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA OUTROS RPPS	Assume-se que o servidor nunca contribuiu para outro RPPS.		

b) Servidores Inativos:

САМРО	CRITÉRIO DE CORREÇÃO
SEXO	Servidores sem informações de sexo são corrigidos pela proporção do grupo em caso da inexistência do nome.
ESTADO CIVIL	Pressupõe-se que determinada proporção do grupo possui cônjuge.
DATA DE NASCIMENTO	Servidores sem data de nascimento ou com datas inverossímeis terão suas idades corrigidas pela média do grupo discriminadas por sexo.
DATA DE NASCIMENTO DO CÔNJUGE	O cônjuge possui a mesma idade do servidor titular.
DATA DE NASCIMENTO DO DEP. MAIS NOVO	Supôs-se que o dependente mais novo tem 12 anos de idade.
VALOR DO BENEFÍCIO	Remunerações inferiores ao salário-mínimo ou extremamente elevadas foram ajustadas para o salário médio do grupo discriminado por sexo.
CONDIÇÃO DO APOSENTADO	Se o servidor possuir menos de 55 anos, supõe se que tenha se aposentado por invalidez, caso contrário assume-se que o mesmo tenha se aposentado válido.
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS	Não foram supostas premissas para este campo.
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA OUTROS REGIMES	Não foi suposta premissa para este campo.
VALOR MENSAL DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	Utilizou-se o valor per capita médio apurado pela secretaria da previdência.
NÚMERO DE DEPENDENTES	Supôs-se que metade dos servidores inativos tem um dependente.

c) Servidores Pensionistas:

САМРО	CRITÉRIO DE CORREÇÃO	
SEXO	Servidores sem informações de sexo são corrigidos pela proporção do grupo em caso da inexistência do nome.	
DATA DE NASCIMENTO	Servidores sem data de nascimento ou com datas inverossímeis terão suas idades corrigidas pela média do grupo discriminadas por sexo.	
VALOR DO BENEFÍCIO	Remunerações zeradas ou extremamente elevadas foram ajustadas para o salário médio do grupo discriminado por sexo.	
CONDIÇÃO DO PENSIONISTA	Se não for especificada, assume-se que o pensionista é válido.	
DURAÇÃO DO BENEFÍCIO	Se a idade do pensionista for menor que 24 anos, assume-se que a pensão é temporária. Caso contrário, a pensão é vitalícia.	



7.4. RECOMENDAÇÕES PARA A BASE CADASTRAL

A base de dados do município é o pilar dos resultados atuariais que serão descritos neste relatório. Através da experiência adquirida durante os anos no mercado, citam-se algumas recomendações para que a base de dados não apresente vieses que venham a comprometer de maneira significativa os resultados atuariais:

- Atualização periódica do Cadastro dos servidores para obtenção de informações relevantes. Recomenda-se a realização de Censos previdenciários a cada cinco anos e uma atualização anual das informações;
- II. Apuração do tempo de serviço passado ao Regime de Previdência Social para estimação do valor da compensação previdenciária;
- III. Registro das informações dos Cônjuges e dependentes dos participantes para efeito do cálculo dos benefícios de Pensão;
- IV. Registro de Informações contábeis e financeiras dos últimos cinco anos como pagamento de benefícios previdenciários, valores dos dissídios concedidos, quantidade de concessões de aposentadorias e pensões e arrecadação relativa às contribuições dos servidores e do ente municipal;
- V. Transposição da base de dados para o leiaute mínimo disponibilizado pelo Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público DRPPS, caso isto ainda não tenha sido realizado;

Desde a avaliação atuarial de 2020, exercício 2019, todos os regimes próprios deverão manter sua base de dados no leiaute modelo estabelecido pela Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPPS. Isto ocorre devido à exigência da portaria nº 464 de 2018 (substituída pela Portaria 1467/2022) que estabelece um padrão mínimo para as informações além de requisições posteriores para a mesma como o arquivamento dos dados por um período de 10 anos. Além disto, a contabilização de informações de caráter financeiro e econômico passará a ser obrigatória para apurar a viabilidade do plano de custeio proposto. Ressalta-se ainda que, através de sistemas digitais como o SICONFI-Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público, serão realizadas análises de consistência da base de dados pelo Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPPS.

Faz-se a ressalva que a manutenção de uma base de dados de qualidade é um processo contínuo de responsabilidade do ente e da unidade gestora que gera benefícios no longo prazo.



8. RESULTADO ATUARIAL

Nesta seção serão descritos os aspectos pertinentes aos resultados atuariais. Itens como provisões matemáticas, ativos financeiros, alíquotas de contribuição e o superávit ou déficit atuarial do plano estarão descritos neste item.

Iniciamos a seção voltados as posses do RPPS, para depois analisarmos os passivos do regime frente aos seus segurados e, finalmente, explicitar o resultado atuarial do exercício.

8.1. ATIVOS DO PLANO

Compostos pelos bens e direitos do plano previdenciário que serão utilizados para realizar o pagamento dos benefícios dos segurados. Constituem-se basicamente por:

- Saldo Financeiro em Conta Corrente;
- Aplicações em Fundos de Investimento;
- Imóveis; e
- Parcelamentos de Débitos Previdenciários.

8.1.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros do plano estão discriminados da seguinte maneira de acordo com o demonstrativo das aplicações do mês de dezembro:

Discriminação dos investimentos do Regime

INVESTIMENTOS	34.722.505,08	100,00%
Fundos de Renda Fixa	26.051.945,67	75,03%
Fundos de Renda Variável	3.619.685,48	10,42%
Segmento Imobiliário	0,00	0,00%
Enquadramento	0,00	0,00%
Não Sujeitos ao Enquadramento	0,00	0,00%
Demais bens e direitos	5.050.873,93	14,55%

Importante lembrar que o atingimento da Meta atuarial nos investimentos é **fundamental** para o resultado do plano.

8.1.2. Acordos Financeiros

Na data da avaliação, o regime de previdência é credor dos seguintes valores frente ao ente federativo referente à acordos financeiros:

Discriminação acordos financeiros

	Nº DO ACORDO	VALOR CONTÁBIL 31/12/2023
CADPREV 01953/2013 - Lei 6.391/2013		R\$ 7.640.297,38
CADPREV 02006/2013 - Lei 6.391/2013		R\$ 24.351.762,82



CADPREV 01868/2017 - Lei 6.557/2017	R\$ 6.564.887,04
CADPREV 01937/2017 - Lei 6.557/2017	R\$ 3.814.892,46
CADPREV 00638/2018 - Lei 6.556/2017	R\$ 4.596.361,00
CADPREV 00534/2019 - Lei 6.556/2017	R\$ 15.192.104,79
CADPREV 00070/2022 - Lei 6.556/2017	R\$ 21.433.069,40
CADPREV 00102/2023 - Lei 6.556/2017	R\$ 20.680.107,75

O somatório destes valores é de R\$ 104.273.482,64.

Abaixo um gráfico apresentando os valores dos ativos financeiros:



8.2. Plano de Custeio Atual

Composto pelas alíquotas normais de contribuição somados ao eventual plano de amortização, consiste na estrutura de arrecadação de recursos para custear o plano de benefícios cobertos pelo regime previdenciário.

8.2.1. Alíquota Normal

Na data focal da avaliação, estão definidas as seguintes alíquotas normais de contribuição:

Alíquotas de Contribuição em lei

	Alíquota Vigente	Base de Contribuição
Ente Federativo	25,70%	Somatório dos Salários de Contribuição dos Ativos
Taxa de Administração	2,30%	Somatório Salários de Contribuição dos Ativos
Ente Federativo - Total	28,00%	Somatório dos Salários de Contribuição dos Ativos
Segurado Ativos	14,00%	Somatório dos Salários de Contribuição dos Ativos
Aposentados	14,00%	Total dos valores dos proventos que superem o teto do



TOTAL	42,00%	-
Pensionistas	14,00%	Total dos valores das pensões que superem o teto do RGPS
		RGPS

8.2.2. Plano de Amortização vigente em Lei

Constitui-se em um plano de pagamentos do ente municipal para o RPPS garantido por lei para sanear o déficit atuarial encontrado em exercícios anteriores. Este é descrito através de uma tabela contendo a competência do pagamento futuro e a alíquota de contribuição ou o valor do aporte a ser repassado. Contudo, como os compromissos atuariais são avaliados em valores presentes, este plano também deve ser descapitalizado à data focal da avaliação para avaliar se é suficiente para arcar com o déficit atuarial encontrado no atual exercício.

Ano	Aporte
2024	23.790.000,00
2025	21.970.000,00
2026	20.280.000,00
2027	18.850.000,00
2028	17.030.000,00
2029	15.470.000,00
2030	14.170.000,00
2031	13.000.000,00
2032	11.830.000,00
2033	11.050.000,00
2034	10.400.000,00
2035	9.880.000,00
2036	8.970.000,00
2037	8.060.000,00
2038	7.280.000,00
2039	6.500.000,00
2040	5.850.000,00
2041	5.200.000,00
2042	4.420.000,00
2043	4.030.000,00
2044	3.510.000,00
2045	2.860.000,00
2046	2.470.000,00
2047	2.210.000,00
2048	1.923.497,80

Valor presente do <u>Plano de Amortização em Lei/Decreto</u>

LEI / DECRETO GARANTIDOR	R\$
LEI ORDINÁRIA 6.458/2014	176.623.169,18



8.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS — Compromissos do Plano

Constituem-se nos valores devidos pelo regime previdenciário aos segurados. Destaca-se que os valores abaixo apresentados representam o valor presente de todos os compromissos futuros assumidos pelo RPPS.

Provisões Matemáticas – Quadro Geral

Provisoes Maternaticas —	Quadro Gerai	VACF -VALOR ATUAL	
BENEFÍCIOS A CONCEDER	VABF - VALOR ATUAL DOS BENEFIÍCIOS FUTUROS	DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS	PROVISÃO MATEMÁTICA
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	319.599.491,85	102.124.403,97	217.475.087,88
APOSENTADORIAS ESPECIAIS	194.737.833,35	78.778.756,10	115.959.077,25
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PENSÃO POR MORTE DE SEGURADO	0,00	0,00	0,00
ATIVO	0,00	0,00	0,00
PENSÃO POR MORTE DE APOSENTADO	46.777.301,92	9.988.488,20	36.788.813,72
PENSÃO POR MORTE DE INVÁLIDO	2.069.958,34	425.074,88	1.644.883,46
SUBTOTAL	563.184.585,46	191.316.723,15	371.867.862,31
SUBTOTAL BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	563.184.585,46 VABF - VALOR ATUAL DOS BENEFIÍCIOS FUTUROS	191.316.723,15 VACF -VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS	371.867.862,31 PROVISÃO MATEMÁTICA
	VABF - VALOR ATUAL DOS	VACF -VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES	PROVISÃO
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	VABF - VALOR ATUAL DOS BENEFIÍCIOS FUTUROS	VACF -VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS	PROVISÃO MATEMÁTICA
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	VABF - VALOR ATUAL DOS BENEFIÍCIOS FUTUROS 193.150.737,80	VACF -VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS 4.326.818,33	PROVISÃO MATEMÁTICA 188.823.919,46
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS APOSENTADORIAS PROGRAMADAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	VABF - VALOR ATUAL DOS BENEFIÍCIOS FUTUROS 193.150.737,80 339.429.128,91	VACF -VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS 4.326.818,33 0,00	PROVISÃO MATEMÁTICA 188.823.919,46 339.429.128,91
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	VABF - VALOR ATUAL DOS BENEFIÍCIOS FUTUROS 193.150.737,80 339.429.128,91 27.035.754,25	VACF -VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS 4.326.818,33 0,00 0,00	PROVISÃO MATEMÁTICA 188.823.919,46 339.429.128,91 27.035.754,25

As provisões matemáticas de benefícios a conceder totalizou **R\$ 371.867.862,31**. Este total indica o montante que deve estar sob posse do regime próprio para garantir com os compromissos já assumidos perante os atuais servidores ativos.

As provisões matemáticas dos benefícios concedidos totalizaram **R\$ 658.092.113,94**. Este valor representa o montante que deve estar sob posse do regime próprio para garantir com os compromissos já assumidos perante os aposentados e pensionistas atuais.

Consequentemente, provisões matemáticas do regime previdenciário, na data focal da avaliação, totalizaram **R\$ 1.029.959.976,25**.

8.4. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A compensação previdenciária refere-se à compensação financeira entre regimes graças ao tempo de contribuição realizado pelo segurado para outro RPPS ou para o RGPS. Os valores correspondem a 6% no Valor Atual dos Benefícios a Conceder e Concedidos.



O saldo da compensação financeira é apurado através da soma dos valores totais da compensação a receber e a pagar dos benefícios concedidos e a conceder. Se este saldo for positivo, define-se o regime tem direito a receber mais valores do que tem a pagar e este saldo será somado aos ativos do plano. Caso contrário, o saldo de compensação representará um passivo ao plano e deverá ser adicionado as provisões matemáticas.

Compensação Financeira

Benefícios Concedidos	R\$
Compensação a Receber	39.839.873,98
Compensação a Pagar	0,00
Benefícios a Conceder	R\$
Compensação a Receber	33.791.075,13
Compensação a Pagar	0,00
Saldo Compensação	73.630.949.10

8.5. RESULTADO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

O resultado atuarial é expresso através da diferença dos ativos do plano perante seus passivos. Destaca-se a compensação previdenciária poderá ser somada aos ativos ou aos passivos dependendo se existir saldo a pagar ou a receber.

Caso o resultado da diferença seja positivo, existe superávit atuarial; se o resultado for negativo, observa-se um déficit; e se existir equivalência entre ativos e passivos, há um equilíbrio atuarial.

Resultado Atuarial

RESULTADO ATUARIAL	R\$
Investimentos	34.722.505,08
Acordos Financeiros	104.273.482,64
ATIVOS DO PLANO	138.995.987,72
Provisões Matemáticas	1.029.959.976,25
Compensação Previdenciária	73.630.949,10
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-817.333.039,42
Amortização Vigente	176.623.169,18
RESULTADO FINAL DO EXERCÍCIO	-640.709.870,24



8.6. VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS

Representa o valor presente dos fluxos futuros das remunerações dos participantes. Este valor representa o total em valor presente da base de contribuição onde incidirão os percentuais contributivos.

Valor Atual das Remunerações Futuras

Valor Atual das Remunerações Futuras R\$ 628.374.917,53

8.7. BALANÇO ATUARIAL – SUMÁRIO EXECUTIVO

Sumário Executivo

Descrição	Alíquota normal vigente em lei		
Alíquota Normal (patronal + Servidor) (A)	42,00%		
Alíquotas dos benefícios por RS, RCC e taxa de adm. (B)	11,55%		
Alíquota Normal por regime de capitalização (C = A- B)	30,45%		
ATIVOS FINANCEIROS	R\$		
Fundos de Investimento e Demais Ativos	34.722.505,08		
Acordos Previdenciários	104.273.482,64		
PROVISÕES	R\$		
РМВС	618.252.239,96		
VABF - Concedidos	663.997.899,61		
VACF - Concedidos	5.905.785,68		
(-) VACF - (Ente)	0,00		
(-) VACF - (Servidores)	5.905.785,68		
VACP a Pagar - Benefícios Concedidos	0,00		
(-)VACP a Receber - Benefícios Concedidos	0,00		
РМВаС	338.076.787,18		
VABF - a Conceder	563.184.585,46		
VACF - a Conceder	191.316.723,15		
(-) VACF - a Conceder (Ente)	123.849.868,64		
(-) VACF - a Conceder (Servidores)	67.466.854,51		
VACP a Pagar - Benefícios a Conceder	0,00		
(-)VACP a Receber - Benefícios a Conceder	33.791.075,13		
RESULTADO ATUARIAL	-817.333.039,42		
Reserva de Contingência	0,00		
Reserva para Ajuste do Plano	0,00		
Plano de Amortização estabelecido em lei	176.623.169,18		
Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira	0,00		
Deficit Atuarial a Equacionar	-640.709.870,24		



9. PLANO DE CUSTEIO PROPOSTO

Para honrar com os compromissos assumidos, devem ser vertidos recursos financeiros suficientes ao regime para que possa realizar os pagamentos devidos. Estes valores baseiam-se no custo dos benefícios e são representados através de um percentual que incidirá sobre a base de contribuição para apurar o quanto cada segurado e a parte patronal deverão contribuir.

9.1. CUSTEIO NORMAL CALCULADO POR BENEFÍCIO

Abaixo, apresentamos as alíquotas adequadas que estabelecerão o equilíbrio atuarial.

Regime Financeiro, Custo Anual Previsto e Alíquota Normal Calculada discriminada por Benefício

and a por poriore		
Benefícios	Alíquota Normal	Custo Anual Previsto (R\$)
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Idade e Compulsória	16,25%	11.642.292,06
Aposentadoria Especial	12,54%	8.984.267,23
Aposentadoria por Invalidez	5,88%	4.212.718,60
Pensão por Morte de Ativo	3,37%	2.414.432,26
Pensão por Morte de Aposentado Válido	1,59%	1.139.153,50
Pensão por Morte de Aposentado Inválido	0,07%	50.151,41
Alíquota Administrativa	2,30%	1.647.832,11
TOTAL	42,00%	30.090.847,17

Observa-se que a contribuição de equilíbrio total é de R\$ 30.090.847,17, o que representa uma alíquota total de 42,00%.

Na tabela abaixo, apresentamos a separação do custeio por regime financeiro adotado.

Custo Anual e Alíquota Normal discriminada por Regime Financeiro

Regime Financeiro	%	R\$
Capitalização	30,45%	21.815.864,20
Repartição de Capitais de Cobertura	9,25%	6.627.150,86
Custeio Administrativo	2,30%	1.647.832,11
TOTAL	42,00%	30.090.847,17



9.2. ALÍQUOTA NORMAL RECOMENDADA

Base de Cálculo, Alíquota e Contribuição esperadas pela Situação definida na Avaliação

Categorias	Alíquota Definida na Avaliação (%)	R\$ Contribuição Esperada
Ente Federativo	25,70%	18.412.732,67
Taxa de Administração	2,30%	1.647.832,11
Ente Federativo - Total	28,00%	20.060.564,78
Segurados Ativos	14,00%	10.030.282,39
Aposentados	14,00%	493.323,30
Pensionistas	14,00%	176.970,28
TOTAL	42,00%	30.761.140,76

10. EQUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL

Com a insuficiência dos ativos do plano perante os compromissos assumidos, deve ser estabelecido um plano de equacionamento.

Esta seção aborda as principais causas do déficit atuarial e a recomendação para restabelecer o equilíbrio financeiro e atuarial.

10.1. PRINCIPAIS CAUSAS DO DEFICIT ATUARIAL

Existem diversas causas para o déficit atuarial de naturezas distintas. A critério de definição, estabelece-se o déficit atuarial como sendo a insuficiência dos recursos acumulados do plano frente ao seu passivo no momento da avaliação.

As normas impostas pela Portaria 1467/2022 que visa uma gestão do passivo condizente com o momento atual, traz uma volatilidade nas premissas e faz com que a cada ano, haja alterações que resultem em elevação do passivo. Além disso, a contratação de novos servidores, alteração na folha de salário de servidores, aposentados e pensionistas, também impactam no resultado do plano.

10.2. CENÁRIOS COM AS POSSIBILIDADES DE EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

O equacionamento do déficit atuarial do regime próprio, em um plano de capitalização, ocorre com contribuições suplementares, que corresponde a um percentual/valor extra ao custo normal definido na seção 9 que deverá ser pago durante um período prédeterminado que terá como único objetivo amortizar o déficit atuarial existente.

Em atendimento ao Art. 56 da Portaria 1467/2022, equacionamento contemplou o artigo abaixo;



- Art. 56. Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá, adicionalmente aos parâmetros previstos nesta Portaria relativos ao plano de custeio do regime, observar os seguintes:
- I garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com o regime financeiro adotado, bem como com as obrigações futuras, a serem demonstrados por meio dos fluxos atuariais;
- II que o montante de contribuição anual, na forma de alíquotas suplementares ou aportes mensais, seja superior ao montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício, conforme definido no Anexo VI (grifo nosso);
 - III não poderá prever diferimento para início da exigibilidade das contribuições; e
- IV contemplar as alíquotas e valores dos aportes para todo o período do plano, na forma prevista no art. 10.

Bem como o art. 45 Portaria 1467/2022 que define outros parâmetros do plano de amortização;

Art. 45 - A adequação do plano de amortização ao disposto no inciso II do **caput** do art. 56 desta Portaria, poderá ser promovida gradualmente, com a elevação das contribuições suplementares, a partir do exercício de 2023, na forma de alíquotas ou aportes, à razão de um terço do necessário a cada ano, até atingir o valor que atenda a esse critério em 2025.

Recentemente foi sancionada a **Portaria MPS nº 861 de 06/12/2023** que traz uma alteração da Portaria 1.467/22 em seu art. 276 para a vigorar com o seguinte texto:

- **§ 16**. Os processos de requerimento dos parcelamentos de que trata este artigo, desde que cumpridos os requisitos previstos nos § 1º e § 2º, terão seguimento para fins de ateste do seu cumprimento pelo Ministério da Previdência Social, possibilitando aos entes federativos efetuarem ou complementarem o cadastramento dos termos e o envio de dados e informações solicitados, até dia 1º de abril de 2024.
- § 17. Em caso de não atendimento ao disposto no § 16, os termos de parcelamento serão considerados em desconformidade com a legislação aplicável e concluídos no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CadPrev)." (NR)

 Art. 2º O Anexo VI da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, passa a vigorar com

a seguinte alteração:



- "**Art. 45**. A adequação do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS ao requisito previsto no inciso II do caput do art. 56 desta Portaria, poderá ser promovida gradualmente, com a elevação das contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes, da seguinte forma:
- **I** para os entes federativos que comprovarem o disposto no inciso IV do art. 55 desta Portaria:
- a) nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, à razão de um terço do necessário;
- b) no exercício de 2026, cinquenta por cento do necessário;
- c) no exercício de 2027, setenta e cinco por cento do necessário; e
- d) a partir do exercício de 2028, cem por cento do necessário; e
- II para os entes federativos que não se enquadrarem na situação de que trata o inciso I:
- a) nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, à razão de um terço do necessário;
- b) no exercício de 2026, à razão de dois terços do necessário; e
- c) a partir do exercício de 2027, cem por cento do necessário.

Parágrafo único. A adequação gradual do plano de amortização na forma deste artigo poderá ser aplicada:

- I caso assegure a liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com o regime financeiro adotado, bem como o cumprimento das obrigações futuras, conforme demonstrado nos fluxos atuariais; e II caso a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo, nos termos do art. 64 desta Portaria, não suporte a sua implantação imediata; e
- III sem observar os requisitos previstos no art. 65 desta Portaria, desde que não comprometa a amortização integral do déficit atuarial." (NR)

10.2.1. Prazo Fixo considerando Déficit Técnico Integral

Abaixo, a tabela com o plano de amortização do déficit atuarial. Ressalta-se que este plano estabelece o equilíbrio atuarial do regime.

a. Plano de Amortização do Déficit Atuarial (35 ANOS)

Ano	Percentual	Base de Cálculo	Saldo Inicial	Juros	(-) Pagamento	Saldo Final
2024	17,55%	72.669.395,91	817.333.039,42	38.251.186,25	12.750.395,42	842.833.830,25
2025	17,84%	73.708.568,27	842.833.830,25	39.444.623,26	13.148.207,75	869.130.245,76
2026	27,20%	74.762.600,80	869.130.245,76	40.675.295,50	20.337.647,75	889.467.893,51
2027	38,43%	75.831.705,99	889.467.893,51	41.627.097,42	29.138.968,19	901.956.022,73
2028	54,88%	76.916.099,39	901.956.022,73	42.211.541,86	42.211.541,86	901.956.022,73
2029	61,42%	78.015.999,61	901.956.022,73	42.211.541,86	47.915.456,69	896.252.107,91



001	iounona —					
2030	61,42%	79.131.628,40	896.252.107,91	41.944.598,65	48.600.647,72	889.596.058,84
2031	61,42%	80.263.210,69	889.596.058,84	41.633.095,55	49.295.636,98	881.933.517,41
2032	61,42%	81.410.974,60	881.933.517,41	41.274.488,61	50.000.564,59	873.207.441,43
2033	61,42%	82.575.151,54	873.207.441,43	40.866.108,26	50.715.572,66	863.357.977,03
2034	61,42%	83.755.976,20	863.357.977,03	40.405.153,32	51.440.805,35	852.322.325,00
2035	61,42%	84.953.686,66	852.322.325,00	39.888.684,81	52.176.408,87	840.034.600,94
2036	61,42%	86.168.524,38	840.034.600,94	39.313.619,32	52.922.531,52	826.425.688,74
2037	61,42%	87.400.734,28	826.425.688,74	38.676.722,23	53.679.323,72	811.423.087,26
2038	61,42%	88.650.564,78	811.423.087,26	37.974.600,48	54.446.938,05	794.950.749,70
2039	61,42%	89.918.267,86	794.950.749,70	37.203.695,09	55.225.529,26	776.928.915,52
2040	61,42%	91.204.099,09	776.928.915,52	36.360.273,25	56.015.254,33	757.273.934,44
2041	61,42%	92.508.317,71	757.273.934,44	35.440.420,13	56.816.272,47	735.898.082,10
2042	61,42%	93.831.186,65	735.898.082,10	34.440.030,24	57.628.745,16	712.709.367,18
2043	61,42%	95.172.972,62	712.709.367,18	33.354.798,38	58.452.836,22	687.611.329,35
2044	61,42%	96.533.946,13	687.611.329,35	32.180.210,21	59.288.711,78	660.502.827,78
2045	61,42%	97.914.381,56	660.502.827,78	30.911.532,34	60.136.540,36	631.277.819,77
2046	61,42%	99.314.557,21	631.277.819,77	29.543.801,97	60.996.492,88	599.825.128,85
2047	61,42%	100.734.755,38	599.825.128,85	28.071.816,03	61.868.742,73	566.028.202,15
2048	61,42%	102.175.262,38	566.028.202,15	26.490.119,86	62.753.465,75	529.764.856,26
2049	61,42%	103.636.368,63	529.764.856,26	24.792.995,27	63.650.840,31	490.907.011,22
2050	61,42%	105.118.368,71	490.907.011,22	22.974.448,13	64.561.047,33	449.320.412,02
2051	61,42%	106.621.561,38	449.320.412,02	21.028.195,28	65.484.270,31	404.864.336,99
2052	61,42%	108.146.249,71	404.864.336,99	18.947.650,97	66.420.695,37	357.391.292,59
2053	61,42%	109.692.741,08	357.391.292,59	16.725.912,49	67.370.511,31	306.746.693,77
2054	61,42%	111.261.347,27	306.746.693,77	14.355.745,27	68.333.909,63	252.768.529,42
2055	61,42%	112.852.384,54	252.768.529,42	11.829.567,18	69.311.084,53	195.287.012,06
2056	61,42%	114.466.173,64	195.287.012,06	9.139.432,16	70.302.233,04	134.124.211,18
2057	61,42%	116.103.039,92	134.124.211,18	6.277.013,08	71.307.554,98	69.093.669,29
2058	61,42%	117.763.313,39	69.093.669,29	3.233.583,72	72.327.253,01	-

b. Plano de Amortização do Déficit Atuarial com prazo até 2065 conforme previsto na Portaria 1.467/22 art. 43 parágrafo único.

Ano	Percentual	Base de Cálculo	Saldo Inicial	Juros	(-) Pagamento	Saldo Final
2024	49,79%	72.669.395,91	817.333.039,42	38.251.186,25	36.184.750,19	819.399.475,48
2025	49,79%	73.708.568,27	819.399.475,48	38.347.895,45	36.702.192,12	821.045.178,81
2026	49,79%	74.762.600,80	821.045.178,81	38.424.914,37	37.227.033,47	822.243.059,71
2027	49,79%	75.831.705,99	822.243.059,71	38.480.975,19	37.759.380,04	822.964.654,86
2028	49,79%	76.916.099,39	822.964.654,86	38.514.745,85	38.299.339,18	823.180.061,53
2029	49,79%	78.015.999,61	823.180.061,53	38.524.826,88	38.847.019,73	822.857.868,68
2030	49,79%	79.131.628,40	822.857.868,68	38.509.748,25	39.402.532,11	821.965.084,83
2031	49,79%	80.263.210,69	821.965.084,83	38.467.965,97	39.965.988,32	820.467.062,48
2032	49,79%	81.410.974,60	820.467.062,48	38.397.858,52	40.537.501,95	818.327.419,05
2033	49,79%	82.575.151,54	818.327.419,05	38.297.723,21	41.117.188,23	815.507.954,02



001	isuitoria					
2034	49,79%	83.755.976,20	815.507.954,02	38.165.772,25	41.705.164,02	811.968.562,25
2035	49,79%	84.953.686,66	811.968.562,25	38.000.128,71	42.301.547,87	807.667.143,09
2036	49,79%	86.168.524,38	807.667.143,09	37.798.822,30	42.906.460,00	802.559.505,39
2037	49,79%	87.400.734,28	802.559.505,39	37.559.784,85	43.520.022,38	796.599.267,86
2038	49,79%	88.650.564,78	796.599.267,86	37.280.845,74	44.142.358,70	789.737.754,89
2039	49,79%	89.918.267,86	789.737.754,89	36.959.726,93	44.773.594,43	781.923.887,39
2040	49,79%	91.204.099,09	781.923.887,39	36.594.037,93	45.413.856,83	773.104.068,49
2041	49,79%	92.508.317,71	773.104.068,49	36.181.270,41	46.063.274,98	763.222.063,91
2042	49,79%	93.831.186,65	763.222.063,91	35.718.792,59	46.721.979,82	752.218.876,68
2043	49,79%	95.172.972,62	752.218.876,68	35.203.843,43	47.390.104,13	740.032.615,98
2044	49,79%	96.533.946,13	740.032.615,98	34.633.526,43	48.067.782,62	726.598.359,80
2045	49,79%	97.914.381,56	726.598.359,80	34.004.803,24	48.755.151,91	711.848.011,13
2046	49,79%	99.314.557,21	711.848.011,13	33.314.486,92	49.452.350,58	695.710.147,47
2047	49,79%	100.734.755,38	695.710.147,47	32.559.234,90	50.159.519,19	678.109.863,17
2048	49,79%	102.175.262,38	678.109.863,17	31.735.541,60	50.876.800,32	658.968.604,45
2049	49,79%	103.636.368,63	658.968.604,45	30.839.730,69	51.604.338,56	638.203.996,58
2050	49,79%	105.118.368,71	638.203.996,58	29.867.947,04	52.342.280,60	615.729.663,01
2051	49,79%	106.621.561,38	615.729.663,01	28.816.148,23	53.090.775,22	591.455.036,03
2052	49,79%	108.146.249,71	591.455.036,03	27.680.095,69	53.849.973,30	565.285.158,41
2053	49,79%	109.692.741,08	565.285.158,41	26.455.345,41	54.620.027,92	537.120.475,90
2054	49,79%	111.261.347,27	537.120.475,90	25.137.238,27	55.401.094,32	506.856.619,85
2055	49,79%	112.852.384,54	506.856.619,85	23.720.889,81	56.193.329,97	474.384.179,69
2056	49,79%	114.466.173,64	474.384.179,69	22.201.179,61	56.996.894,59	439.588.464,72
2057	49,79%	116.103.039,92	439.588.464,72	20.572.740,15	57.811.950,18	402.349.254,69
2058	49,79%	117.763.313,39	402.349.254,69	18.829.945,12	58.638.661,07	362.540.538,74
2059	49,79%	119.447.328,78	362.540.538,74	16.966.897,21	59.477.193,92	320.030.242,03
2060	49,79%	121.155.425,58	320.030.242,03	14.977.415,33	60.327.717,79	274.679.939,56
2061	49,79%	122.887.948,16	274.679.939,56	12.855.021,17	61.190.404,16	226.344.556,58
2062	49,79%	124.645.245,82	226.344.556,58	10.592.925,25	62.065.426,94	174.872.054,89
2063	49,79%	126.427.672,84	174.872.054,89	8.184.012,17	62.952.962,54	120.103.104,51
2064	49,79%	128.235.588,56	120.103.104,51	5.620.825,29	63.853.189,91	61.870.739,90
2065	49,79%	130.069.357,47	61.870.739,90	2.895.550,63	64.766.290,52	-

c. Equacionamento pela Segregação da Massa

Conforme a Portaria 1467/2022, o Equacionamento poderá ser efetuado pela Segregação da Massa:

"Art. 58. Poderá ser implementada a segregação da massa dos beneficiários do RPPS, divididos entre o Fundo em Repartição e o Fundo em Capitalização, para o equacionamento do **deficit** do regime, observados os seguintes parâmetros:



- I atendimento aos princípios da eficiência e economicidade na alocação dos recursos financeiros do regime e na composição das submassas;
- II o Fundo em Repartição será constituído por um grupo fechado em extinção, sendo vedado o ingresso de novos segurados, os quais deverão ser alocados no Fundo em Capitalização;
- III para a definição da composição da submassa do Fundo em Capitalização, deverá ser considerado que a ele serão vinculados os saldos de todos os recursos financeiros do RPPS acumulados anteriormente à implementação da segregação, para fazer frente aos compromissos desse grupo; e
- IV não se estabeleçam datas futuras para a composição da submassa do Fundo em Capitalização, à exceção, no que se refere ao parâmetro relativo ao ingresso de segurados no ente federativo, do prazo previsto no art. 54 ou do início da vigência do Regime de Previdência Complementar, conforme disposto no art. 158.

Parágrafo único. Não devem ser utilizados outros modelos de agrupamentos ou desmembramentos de massas além daqueles previstos neste artigo, à exceção do previsto no § 7º do art. 55.

Art. 59. A implementação da segregação da massa ou sua eventual revisão deve contemplar a análise de todos os aspectos relacionados à sua implantação, manutenção e viabilidade de longo prazo, levando em consideração os impactos para a gestão do ente federativo a curto, médio e longo prazos, e estar embasada em estudo técnico de impacto administrativo, financeiro, patrimonial e atuarial, que deverá demonstrar:

I - a viabilidade orçamentária, financeira e fiscal para o ente federativo, na forma do art. 64;

- II os resultados atuariais e respectivas projeções de receitas e despesas do RPPS por meio de cenários que possibilitem a comparação entre a implantação de plano de amortização e do modelo proposto de composição dos fundos para a segregação da massa;
 - III a atualização, amplitude e consistência da base cadastral;
 - IV a aderência das hipóteses, na forma do art. 35;
- V que os valores dos compromissos do plano de benefícios foram devidamente aferidos e que o plano de custeio a ser estabelecido assegura o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS;
- VI a vinculação dos saldos de todos recursos financeiros do RPPS ao Fundo em Capitalização e o critério de alocação dos demais bens, direitos e ativos ao Fundo em Repartição ou ao Fundo em Capitalização, devendo ser observado que:
- a) os recursos oriundos da compensação financeira entre os regimes previdenciários deverão ser alocados às respectivas massas; e

- b) as receitas decorrentes dos termos de acordo de parcelamento existentes deverão ser apropriadas a cada fundo proporcionalmente aos valores das folhas de pagamento, sendo que os novos termos eventualmente firmados deverão ser elaborados distintamente; e
 - VII ter sido objeto de apreciação pelo conselho deliberativo do RPPS.
- § 1º O estudo técnico a que se refere este artigo deverá ser encaminhado à SPREV para análise de sua adequação à exigência do equilíbrio financeiro e atuarial acompanhado da lei de instituição da segregação.
- § 2º Caso seja identificado pela SPREV o não atendimento aos parâmetros previstos nesta Portaria, o ente federativo deverá apresentar nova proposta de segregação, de sua revisão ou de plano de amortização para sua aprovação prévia, devendo garantir que os recursos continuem sendo vertidos para a constituição de reservas do Fundo em Capitalização até que seja implementada proposta adequada para equacionamento do **deficit**, na forma prevista em lei.
- Art. 60. A segregação da massa deverá ser implementada em até 90 (noventa) dias da data da publicação da lei de sua instituição, observando-se, a partir de sua implementação, que:
- I deverá ser realizada a alocação dos beneficiários ao Fundo em Repartição e ao Fundo em Capitalização, considerando a massa existente na data da sua publicação;
- II os saldos acumulados dos recursos financeiros do RPPS adicionados aos bens, direitos e demais ativos destinados ao Fundo em Capitalização deverão ser a ele imediatamente vinculados e somente poderão ser utilizados para pagamento dos beneficiários desse fundo;
- III deverá ser promovida a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações vinculados a cada um dos fundos; e
- IV fica vedada transferência de beneficiários, recursos ou obrigações entre os fundos, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro, ressalvada a revisão da segregação de que trata o art. 62.
- § 1º Em caso de não atendimento ao disposto neste artigo, a segregação da massa instituída em lei não será considerada instrumento apto ao equacionamento do **deficit** atuarial do RPPS.
- § 2º O ente federativo e a unidade gestora do RPPS deverão adequar procedimentos e sistemas, especialmente relacionados às folhas de pagamento, aos controles contábeis e financeiros e à arrecadação das contribuições, de forma a garantir a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos do Fundo em Repartição e do Fundo em Capitalização.
- Art. 61. A estrutura de gestão do RPPS deve possibilitar o controle eficiente dos ativos e passivos previdenciários segregados por fundo, devendo a segregação da massa ser objeto de contínuo acompanhamento por parte, dentre outros:
- I do ente federativo, que deverá avaliar, periodicamente, os seus impactos orçamentários, financeiros e fiscais e adotar medidas para mitigar os riscos do não cumprimento do plano de custeio e aportes sob sua responsabilidade;



II - da unidade gestora, que deverá estabelecer procedimentos que garantam os repasses das contribuições, dos pagamentos dos benefícios, da aplicação dos recursos, dentre outros, separados por fundo;

III - dos conselhos deliberativo e fiscal, que deverão verificar a regularidade da separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes; e

IV - do atuário responsável pela avaliação atuarial, que deverá demonstrar, nos Relatórios das Avaliações Atuariais, a evolução dos custos e compromissos de cada fundo, das receitas e despesas e dos ativos garantidores, indicando se há necessidade de adequação do plano de equacionamento.

Parágrafo único. O valor da insuficiência financeira mensal devida pelo ente federativo ao Fundo em Repartição deverá ser controlado pela unidade gestora do RPPS por poder, órgão e entidade, considerando os valores das contribuições e das folhas de pagamento dos respectivos beneficiários."

Considerando:

A cobertura do Ativo x Passivo Atuarial:

A cobertura do Passivo frente ao Fundo de Investimento existente é de 3,63%.



• A cobertura do Passivo frente ao <u>Ativo Garantidor</u> que considera o Fundo de Investimento (R\$ 34.722.505,08) e os Acordos Previdenciários (R\$104.273.482,64) com um prazo médio de recebimento dos recursos de 5 anos, é de **14,53%.**





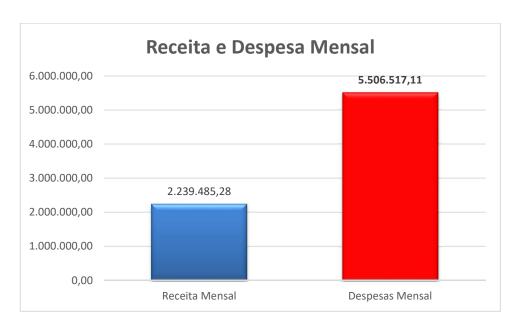
O Fluxo Financeiro previsto:

As Contribuições Normais dão cobertura em torno de 40% da Folha de Aposentados e Pensionistas, faltando em torno de 2 milhões para que a receita cobrisse as despesas, indicando que já é praticado o sistema de Repartição.

Contribuições Normais Ente Federativo	1.416.364,05
Contribuições Servidores Ativos	771.560,18
Contribuições Aposentados	37.947,95
Contribuições Pensionistas	13.613,10
Total da RECEITA mensal	2.239.485,28

Folha de aposentados	4.599.303,91
Folhas de pensionistas	907.213,20
Total da DESPESA mensal	5.506.517,11





Amortização vigente e Fluxo Financeiro:

Considerando o Plano de Amortização vigente na data da avaliação atuarial, se transformamos o pagamento em mensal, o valor devido pelo Ente, ainda é inferior ao necessário para que somadas as contribuições normais, cobrisse o total da folha de aposentados e pensionistas, e ele representa em torno de 30% da folha de servidores ativos.

Ano	Prevista Anual	Mensal	% da Folha Projetada
2.024	23.790.000,00	1.982.500,00	36%
2.025	21.970.000,00	1.830.833,33	33%
2.026	20.280.000,00	1.690.000,00	30%

Receitas x Despesas

Conforme abaixo, mesmo considerando a contribuição suplementar, ainda falta recursos para o pagamento da folha de vencimentos, que deve ser complementada pelo retorno dos investimentos.

Contribuições Normais	2.239.485,28
Contribuição Suplementar	1.982.500,00
Total de RECEITAS	4.221.985,28
Despesas	5.506.517,11
Fluxo Financeiro projetado Mensal	-1.284.531,83



Iminentes

Iminentes são os participantes que já atingiram a elegibilidade ao benefício, porém <u>ainda estão na vida laborativa</u>. Considerando o quadro abaixo, temos 614 servidores que poderão requerer o benefício a qualquer momento, mesmo que o benefício não seja igual ao total da folha de salários atual, a folha representa mais de 1 milhão mensalmente, e no momento da aposentadoria, há a redução da contribuição, visto que como aposentado, contribui com o que excede o teto do regime geral.

		Homens			Mulheres		TOTAL
	Outros	Professores	Subtotal	Outros	Professores	Subtotal	IOIAL
Frequência	119	28	147	289	178	467	614
Idade Média	64,87	64,93	64,88	61,40	60,38	61,01	61,94
Média Salarial	3.054,73	3.857,51	3.207,64	2.251,32	3.113,43	2.579,92	2.730,21
Base Cont. Total	363.513,34	108.010,28	471.523,62	650.631,67	554.190,69	1.204.822,36	1.676.345,98

Processo para Segregação de Massas

A governança do RPPS vem tomando as medidas necessárias para garantir a solvência do plano, como elevação da contribuição, adoção da EC 130/2019, com a elaboração do teste de aderência, elaboração de estudos nos dois últimos anos, com constatação que a Segregação deve corresponder a 100% para o plano em Repartição, e os novos servidores entrando no plano de capitalização.

Faz-se necessário a homologação pelo Conselho e envio de documentação ao DRPPS para a homologação.

11. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Para a organização e funcionamento da Unidade Gestora do RPPS se faz necessário o custeio administrativo, onde uma contribuição unilateral, por parte do Ente Federativo, atualmente, no caso do RPPS o custeio administrativo é uma alíquota de 2,30%.

Portaria nº 1.467, de 2 de junho de 2022 traz em seu art. 84 a definição da taxa de administração a ser instituída em lei do ente federativo, ou seja, dispõe sobre a taxa de administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS e dá outras providências.



A Taxa de Administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora do RPPS, inclusive para conservação de seu patrimônio, deverá observar o disposto na lei do ente federativo e os seguintes parâmetros:

- Financiamento, exclusivamente por meio de alíquota de contribuição incluída no plano de custeio definido na avaliação atuarial do RPPS;
- Destinação do percentual da Taxa de Administração à Reserva Administrativa (que deverá ser administrada em contas bancárias e contábeis distintas dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios), após a arrecadação e repasse das alíquotas de contribuição ao órgão ou entidade gestora do RPPS;
- Limitação dos gastos com as despesas custeadas pela Taxa de Administração, aos seguintes percentuais anuais máximos, conforme definido na lei do ente federativo, aplicados sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior, baseado no Porte do Grupo.

11.1. LEVANTAMENTO DO CUSTO ADMINISTRATIVO DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Para os três exercícios anteriores, foram contabilizadas as seguintes despesas administrativas:

Despesas Administrativas

Ano	Despesa (R\$)
2021	2.320.141,44
2022	2.446.490,16
2023	2.464.627,42
TOTAL	7.231.259,02
MÉDIA	2.410.419,67

11.2. ESTIMATIVA DE CUSTO ADMINISTRATIVO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Através de um critério conservador, estimou-se que, no próximo exercício, as despesas administrativas não ultrapassarão a média dos três últimos exercícios mais uma margem de segurança de 10,00% (dez por cento) da mesma.

Portaria nº 1.467, de 2 de junho de 2022 traz em seu art. 84 define a taxa de administração. Sendo assim <u>para conhecimento do Instituto</u>, caso julgue necessário alguma



alteração nas condições atuais já previstas pelo Município, visto que na atual portaria o ente federativo é classificado com Porte **Médio** pode ser aplicar **3%** sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ativos ou **2,3%** sobre o somatório das remunerações totais dos servidores, aposentados e pensionistas.

11.3. RECOMENDAÇÕES DIVERSAS

Destaca-se que, pelo artigo 84 da Portaria 1467/2022, os recursos destinados ao custo administrativo deverão ser administrados em contas bancárias e contábeis distintas das destinadas aos benefícios, formando reserva financeira administrativa para as finalidades previstas neste artigo no inciso III "a".

Permite-se que, dependendo do resultado da reserva administrativa ao final do exercício, os recursos remanescentes sejam revertidos para o pagamento de benefícios, desde que seja observada a legislação do ente e mediante a aprovação do conselho.

Finalmente salienta-se que o custeio administrativo não é computado para verificação do limite previsto pelo art. 2º da Lei nº 9.717, de 1998 que estipula a contribuição mínima e máxima do ente federativo.

12. ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

Esta seção será dividida em duas partes:

- 1) Análise comparativa dos Compromissos e
- 2) Análise comparativa do Grupo.

12.1. Análise comparativa dos Compromissos

Apresenta a evolução dos compromissos atuariais para o período dos três últimos exercícios.

Comparativo das Provisões Matemáticas e Resultados Atuariais

	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2023
PASSIVOS DO PLANO Provisão para benefícios a conceder	553.106.123,78	321.342.530,74	371.867.862,31
Valor atual dos Benefícios Futuros	646.644.800,77	409.102.419,97	563.184.585,46
Valor Atual das Contribuições Futuras	93.538.676,98	87.759.889,23	191.316.723,15
ENTE	62.359.117,99	56.811.817,46	123.849.868,64
SERVIDOR	31.179.558,99	30.948.071,77	67.466.854,51
Provisão para benefícios concedidos	597.998.441,75	633.323.588,88	658.092.113,94
Valor atual dos Benefícios Futuros	602.718.225,29	638.660.955,34	663.997.899,61
Valor atual das contribuições Futuras	4.719.783,53	5.337.366,46	5.905.785,68



ENTE	0,00	0,00	0,00
SERVIDOR	4.719.783,53	5.337.366,46	5.905.785,68
ATIVOS DO PLANO	217.194.346,22	205.226.802,09	212.626.936,82
Fundos de Investimento	12.633.120,41	20.159.560,91	34.722.505,08
Acordos Previdenciários	104.612.183,73	111.723.804,91	104.273.482,64
Compensação	99.949.042,08	73.343.436,27	73.630.949,10
RESULTADO	-933.910.219,31	-749.439.317,52	-817.333.039,42
Plano de Amortização em Lei	208.843.410,12	194.543.279,11	176.623.169,18
RESULTADO - Pós Plano de Amortização	-725.066.809,20	-554.896.038,41	-640.709.870,24

Baseada nesta tabela, observaram-se os seguintes percentuais de variação: **Variações das Contas**

INFORMAÇÕES ATUARIAIS	2022-2021	2023-2022
Provisão para benefícios a conceder	-41,90%	15,72%
Valor atual dos Benefícios Futuros	<i>-36,73%</i>	37,66%
Valor Atual das Contribuições Futuras	-6,18%	118,00%
ENTE	-8,90%	118,00%
SERVIDOR	-0,74%	118,00%
Provisão para benefícios concedidos	5,91%	3,91%
Valor atual dos Benefícios Futuros	5,96%	3,97%
Valor atual das contribuições Futuras	13,08%	10,65%
ENTE	-	-
SERVIDOR	13,08%	10,65%
ATIVOS DO PLANO	-5,51%	3,61%
Fundos de Investimento	59,58%	72,24%
Acordos Previdenciários	6,80%	-6,67%
Compensação	-26,62%	0,39%
RESULTADO	-19,75%	9,06%
PLANO DE AMORTIZAÇÃO EM LEI	-6,85%	-9,21%
RESULTADO APÓS PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-23,47%	15,46%

12.2. Análise comparativa das Características do Grupo

Comparativo Estatístico dos Três Últimos Exercícios

COMPARATIVO - TRÊS ÚLTIM EXERCÍCIOS	<i>105</i>		
	2021	2022	2023
Ativos	1866	1802	2331
Aposentados	1229	1246	1231
Pensionistas	293	307	303
Média Sal. Ativos	2.392,06	2.308,09	2.364,28
Média Prov. Inativos	3.210,32	3.275,81	3.736,23
Média Pensões	2.286,92	2.654,07	2.994,10



Id. Méd. Ativos	49,79	50,52	47,61
Id. Méd. Aposentados	69,36	69,82	70,49
Id. Méd. Pensionistas	61,95	63,33	64,27
Id. Proj .Aposentadoria	57,81	61,65	61,95

Baseada nesta tabela, observaram-se os seguintes percentuais de variação: **Análise de Variação Informações Demográficas**

	2022-2021	2023-2022
Ativos	-3,43%	29,36%
Aposentados	1,38%	-1,20%
Pensionistas	4,78%	-1,30%
Média Sal. Ativos	-3,51%	2,43%
Média Prov. Inativos	2,04%	14,06%
Média Pensões	16,05%	12,81%
Id. Méd. Ativos	1,48%	-5,76%
Id. Méd. Aposentados	0,66%	0,96%
Id. Méd. Pensionistas	2,22%	1,49%
Id. Proj .Aposentadoria	6,66%	0,49%

13. AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS

Uma das novidades introduzidas pelas legislações é o tratamento distinto dos RPPS baseados no perfil de risco atuarial de cada regime. Este perfil baseia-se em uma matriz de risco que leva em consideração o porte do RPPS e indicadores de risco atuarial calculados através de informações dispostas no CADPREV e no SICONFI — Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.

De uma maneira geral, o tratamento distinto mencionado acima resume-se a práticas procedimentais diferentes no âmbito administrativo do RPPS e a utilização de constantes nas formulações de cálculo que beneficiarão atuarialmente o regime. Isto é, quanto melhor o perfil atuarial, mais relaxadas estarão as amarras administrativas e o valor do eventual déficit atuarial poderá ser abatido de acordo com as orientações do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPPS.

13.1 Perfil atuarial

De acordo com a matriz divulgada pelo Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPPS, que pode ser consultada em seu sítio digital, o Regime Próprio de NILÓPOLIS/RJ - PREVIDENCIÁRIO está classificado da seguinte forma:



Perfil de Atuarial: I

13.2 Porte do Regime

A Portaria nº 1.467, de 02 de junho de 2022 estabeleceu que os regimes próprios serão agregados, conforme seu porte, em quatro grupos para apuração do ISP-RPPS, os quais serão definidos da seguinte forma:

- I RPPS de Estados e do Distrito Federal: Porte Especial;
- II RPPS dos Municípios, segmentados conforme as quantidades de segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao regime, em:
- a) Grande Porte, os RPPS cuja quantidade de segurados ativos, aposentados e pensionistas esteja entre os regimes que representem 5% (cinco por cento) das maiores quantidades;
- b) Médio Porte, os RPPS cuja quantidade de segurados ativos, aposentados e pensionistas esteja entre os regimes que apresentem quantidades inferiores aos do grupo de que trata a alínea "a" acima da mediana, assim considerada como o valor que separa a metade superior e a inferior dos dados;
- c) Pequeno Porte, os RPPS não classificados nos grupos de que tratam as alíneas "a" e "b";
- d) Porte Não Classificado, em caso de omissão no envio das informações relativas à quantidade de segurados ativos

Consequentemente, o regime próprio de NILÓPOLIS/RJ - PREVIDENCIÁRIO enquadra-se no seguinte porte:

Porte: Médio

14. ANÁLISES

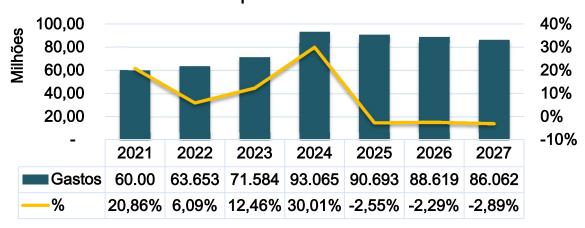
Neste item, apresentaremos algumas requisições estabelecidas pela portaria 1.467/2022 que não se encaixam em itens prévios.



14.1 Análises dos Gastos Comparativo de Gastos

Ano	Gastos	%
2020	49.643.997,00	-
2021	60.002.158,71	20,86%
2022	63.653.910,19	6,09%
2023	71.584.722,43	12,46%
2024	93.065.746,80	30,01%
2025	90.693.694,39	-2,55%
2026	88.619.241,52	-2,29%
2027	86.062.330,50	-2,89%

Comparativo Gastos



Total gastos – 3 últimos exercício	244.884.788,33
Total Projetado – 4 próximos Exercícios	358.441.013,20
Variação Percentual	46%

14.2 Perspectiva de Alteração na Massa de Segurados Ativos

Para o próximo exercício, esperam-se as seguintes alterações no grupo.

- Mortalidade de Segurados Ativos: 13,65
- Entrada em invalidez: 9,84

Complementarmente, abaixo, um sumário dos riscos iminentes do grupo de servidores ativos.

Estatísticas Riscos iminentes

		Mulheres			
Diversos	Professores	Subtotal	Diversos	Professores	Subtotal



Ouisaitoria						
Freq	119,00	28,00	147,00	289,00	178,00	467,00
Idade Média	64,87	64,93	64,88	61,40	60,38	61,01
Média Salarial	3.054,73	3.857,51	3.207,64	2.251,32	3.113,43	2.579,92
Base Contribuição	363.513,34	108.010,28	471.523,62	650.631,67	554.190,69	1.204.822,36
Provisão Matemática	46.205.061,18	13.750.913,40	59.955.974,58	97.950.133,23	82.361.627,48	180.311.760,70

	Total	% do Grupo
Freq	614	26,34%
Idade Média	61,94	-
Média Salarial	2.730,21	-
Base Contribuição	1.676.345,98	30,42%
Provisão Matemática	240.267.735,28	46,71%

14.3. Análise de Sensibilidade

META ATUARIAL

Meta Atuarial %	Provisão	Ativos	Resultado
6,00%	875.655.133,38	202.269.687,63	-673.385.445,75
5,50%	928.869.901,40	205.860.131,99	-723.009.769,41
5,00%	988.258.243,44	209.843.575,53	-778.414.667,91
4,50%	1.054.818.620,95	214.281.029,78	-840.537.591,17
4,00%	1.129.748.893,97	219.245.367,85	-910.503.526,12
3,50%	1.214.492.691,14	224.824.034,60	-989.668.656,54
3,00%	1.310.797.928,54	231.122.458,27	-1.079.675.470,27
2,50%	1.420.790.989,36	238.268.364,42	-1.182.522.624,94
2,00%	1.547.071.180,42	246.417.255,60	-1.300.653.924,82
1,50%	1.692.831.559,43	255.759.403,76	-1.437.072.155,67
1,00%	1.862.014.213,29	266.528.814,68	-1.595.485.398,62
0,50%	2.059.510.749,74	279.014.774,43	-1.780.495.975,30



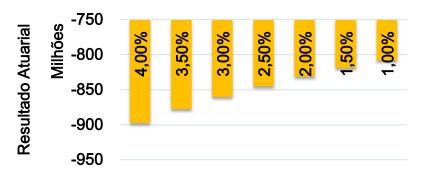
Sensibilidade da Meta Atuarial



CRESCIMENTO REAL DOS SALÁRIOS

Crescimento Real %	Provisão	Ativos	Resultado
4,00%	1.118.124.035,18	221.356.842,58	-896.767.192,61
3,50%	1.096.564.264,24	219.288.958,43	-877.275.305,81
3,00%	1.077.400.314,64	217.420.281,91	-859.980.032,73
2,50%	1.060.360.844,59	215.729.785,35	-844.631.059,24
2,00%	1.045.206.237,65	214.198.796,37	-831.007.441,28
1,50%	1.031.724.790,42	212.810.723,04	-818.914.067,38
1,00%	1.019.729.367,67	211.550.812,09	-808.178.555,58

Sensibilidade - Crescimento Real dos Salários





CRESCIMENTO REAL DOS PROVENTOS

Proventos %	Provisão	Ativos	Resultado
3,00%	1.662.084.718,77	249.509.532,16	-1.412.575.186,61
2,50%	1.560.258.291,10	243.576.671,67	-1.316.681.619,44
2,00%	1.466.227.949,67	238.095.141,61	-1.228.132.808,06
1,50%	1.379.266.954,31	233.023.257,93	-1.146.243.696,37
1,00%	1.298.725.088,94	228.323.665,91	-1.070.401.423,03
0,50%	1.224.019.873,61	223.962.853,01	-1.000.057.020,61
0,00%	1.154.628.857,32	219.910.719,84	-934.718.137,48





15. PARECER ATUARIAL

O Parecer Atuarial tem como principal objetivo, apresentar a situação técnico atuarial do regime próprio de previdência do ente de NILÓPOLIS/RJ - PREVIDENCIÁRIO. Destacamos que esta avaliação se encontra em conformidade com todas as regulamentações legais pertinentes e se utilizou das técnicas e premissas mais adequadas à situação do regime.

O RPPS de NILÓPOLIS/RJ - PREVIDENCIÁRIO institui-se legalmente através da lei municipal, onde garante-se aos servidores municipais titulares de cargo efetivos e aos seus dependentes os seguintes benefícios:

I - quanto ao participante:

- a) aposentadoria por incapacidade permanente de trabalho;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade;
- d) aposentadoria especial.



- II quanto ao dependente:
- a) pensão por morte.

Além desta lei, destaca-se como legislação pertinente ao regime a que institui os percentuais contributivos do custo normal e suplementar do regime, a/o lei/decreto. Complementarmente à legislação municipal, há um sistema normativo amplo que se visa organizar a existência dos regimes próprios de previdência. Destacam-se dentro deste sistema, o artigo nº 40 da constituição federal, as emendas constitucionais nº 20, 41, 47 e 70, além de leis ordinárias e portarias ministeriais, em específico a portaria nº 464 que parametriza a realização das avaliações atuariais.

O regime de previdência, de acordo com a classificação do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPPS, apresenta na data da avaliação, o **perfil atuarial I, porte Médio.**

Conforme Portaria 1.467/2022 em seu art. 53 trata do envio à DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPPS do Relatório de Análise das Hipóteses, a cada 4 (quatro) anos, como anexo ao Relatório da Avaliação Atuarial do exercício seguinte, deverá observar os seguintes marcos temporais:

- I 31 de julho de 2023, relativo à avaliação atuarial posicionada em 31 de dezembro de 2022, para os RPPS classificados no grupo **Porte Especial** do ISP-RPPS;
- II 31 de julho de 2024, relativo à avaliação atuarial posicionada em 31 de dezembro de 2023, para os RPPS classificados no grupo **Grande Porte** do ISP-RPPS; e
- **III** 31 de julho de 2025, relativo à avaliação atuarial posicionada em 31 de dezembro de 2024, para os RPPS para os RPPS classificados no grupo **Médio Porte** do ISP-RPPS.

O RPPS efetuou o "Relatório de Aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras" elaborado pela RTM Consultoria Previdenciária em 20/07/2023, e ficará disponível para consulta.

A realização desta avaliação atuarial fundamentou-se em dados cadastrais combinados com informações legais, financeiras, econômicas e contábeis prestados pela unidade gestora do regime previdenciário. Destaca-se que estas informações foram requisitadas e após o seu recebimento foi realizada uma checagem em seu conteúdo.

A consistência dos dados cadastrais foi considerada satisfatória. Dados que apresentaram distorções foram corrigidos através de critérios estatísticos pertinentes ou dos critérios já explicitados no item 7.4 para melhor estimar as informações. Todo o método utilizado tem como objetivo aferir as informações faltantes ou viesadas sempre com uma perspectiva



conservadora sobre os resultados. Destaca-se que a base de dados é o pilar dos resultados atuariais obtidos por esta avaliação. Consequentemente, a manutenção de dados atualizados e fidedignos é fundamental para a melhor estimação dos compromissos do plano. Recomendam-se atualizações periódicas e que censos populacionais sejam realizados para a manutenção e construção de dados confiáveis.

Desde a avaliação atuarial 2020, data base 31/12/2019, faz-se necessário o arquivamento das informações utilizadas pelo atuário para elaborar a avaliação atuarial, e por isto, deve ser estabelecido uma política de gestão de base de dados com procedimentos claros.

Posteriormente à análise das informações recebidas, foram definidas as hipóteses atuariais que terão influência direta nos resultados da avaliação. Esta definição fundamenta-se em critérios técnicos de aderência. Abaixo, uma breve análise das premissas utilizadas:

- Os riscos de mortalidade e invalidez foram representados pelas tábuas IBGE 2022 -Segregada por Sexo (risco de morte e sobrevivência) e ALVARO VINDAS (risco de invalidez);
- Não foi utilizada taxa de rotatividade devido à baixa presença desse fator no serviço público;
- Para o crescimento da remuneração dos servidores adotou-se o percentual de 1,53%, conforme <u>"Relatório de Aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras</u>" elaborado pela RTM Consultoria Previdenciária em 20/07/2023;
- No quesito meta atuarial, a definição da mesma encontra-se pré-estabelecida pela portaria nº 1.467, estando diretamente relacionada à taxa média de juros da estrutura a termo dos títulos públicos em função da *duration* do passivo ou ao histórico de rentabilidade dos ativos do RPPS;
- Nesta avaliação não foi considerada geração futura para a mensuração do custeio do plano, pois esta prática não se mostra confiável devido a não previsibilidade das características dos servidores que virão a entrar no plano de previdência. Consequentemente, se esta premissa for utilizada erros de previsão terão consequências graves nas reservas matemáticas do plano;
- Para a idade de aposentadoria programada utilizou-se os parâmetros legais para projetar a idade de aposentadoria. Esta função depende do sexo, cargo e tempo de serviço do total do participante;
- Utilizou-se a característica familiar do município para determinar a composição das famílias.

Finalizada a definição das hipóteses, realizou-se uma apuração dos ativos financeiros do regime próprio. Estes valores serão comparados frente aos passivos dos compromissos



para apurar o resultado atuarial do regime. Atualmente, o RPPS possui ativos financeiros que totalizam R\$ 138.995.987,72 sendo que os mesmos se encontram distribuídos entre aplicações financeiras, R\$ 34.722.505,08 e acordos previdenciários, R\$ 104.273.482,64. O objetivo da posse destes ativos é garantir o pagamento dos benefícios atuais e futuros do RPPS através do princípio da capitalização financeira.

Ao fim da apuração dos ativos do plano, foram calculados os passivos previdenciários do regime. Estes passivos são denominados de provisões matemáticas que representam obrigação atual do fundo para com os seus participantes. As provisões matemáticas totalizaram na data de cálculo R\$ 1.029.959.976,25 sendo que destes R\$ 658.092.113,94 são referentes as provisões de benefícios concedidos e o restante, R\$ 371.867.862,31, às provisões de benefícios a conceder. Ambas foram determinadas através do método prospectivo de precificação.

No momento da apuração das provisões, realiza-se a análise do saldo de compensação previdenciária que representa a dívida entre o regime de origem e do instituidor da aposentadoria. Na data base da avaliação, observa-se que o RPPS faz-se credor de valores de compensação previdenciária. Esta compensação divide-se da seguinte forma: R\$ 39.839.873,98 referentes aos benefícios concedidos e R\$ 33.791.075,13 referentes aos benefícios a conceder. A soma destes valores totaliza R\$ 73.630.949,10 e significa que, ao longo da vida da massa de segurados existirá uma contraparte financeira de competência de um regime de origem a ser paga para o regime de NILÓPOLIS/RJ - PREVIDENCIÁRIO. Salientamos que o percentual do COMPREV, em atendimento à Portaria 1467/2022, reduzirá 1% até 2024, cujo % atingirá o índice de 5%.

Tomando-se em conta o valor dos ativos financeiros, provisões matemáticas e da compensação financeira apura-se o resultado atuarial do exercício. Este no ano de 2023 foi negativo em R\$ -817.333.039,42. Isto indica que os valores financeiros em poder do regime previdenciário não são suficientes para arcar com as obrigações assumidas. Este valor é decorrente da subtração dos ativos financeiros, que no ano de 2023 totalizaram R\$ 138.995.987,72, menos o valor total das provisões matemáticas na data da avaliação R\$ 1.029.959.976,25 menos o valor referente ao recebimento de compensação previdenciária, R\$ 73.630.949,10.

Nesta avaliação atuarial foram considerados o salário-mínimo: R\$ 1.320,00 e o teto do INSS: R\$ 7.507,49.

No que se refere ao custeio para financiar os compromissos do RPPS, atualmente observase que a alíquota normal de contribuição se encontra em 42,00% sendo que 14,00% é de



responsabilidade dos servidores ativos, inativos e pensionistas que atendem os critérios contributivos, e o restante, 28,00%, compete ao ente municipal já incluído o percentual administrativo de 2,30%.

Além desta alíquota de contribuição, devido ao déficit atuarial apurado em exercício anteriores, existe uma contribuição suplementar regulamentada pela <u>Lei 6458/2014</u> que estabelece os valores extras a serem repassados pelo ente ao regime próprio. Com estes percentuais de contribuição espera-se para este exercício um resultado financeiro **deficitário de R\$ -640.709.870,24**.

Com o resultado apresentado, faz-se necessário o estudo da alteração dos percentuais de contribuição suplementar estabelecidos em lei, conforme cenários apresentados no item item 10.2 de acordo com o cenário escolhido, ou ainda, a amortização através da Segregação de Massa, devido a cobertura do Passivo, se considerarmos o Fundo de Investimento é 3,63%, se considerarmos o Ativo Garantidor (Fundo de Investimento + Acordos) é de 14,53%, e ainda o Fluxo Financeiro, que mesmo considerando as contribuições normais e suplementares, é insuficiente para a cobertura da folha de vencimentos mensais e por outro lado, não há a capitalização dos recursos dos atuais servidores ativos.

Quanto a questão do custo administrativo conforme citado no item 11 desta avaliação, foi citado alguns pontos em relação ao percentual da taxa administrativa conforme a Portaria 1.467/2022. Esses valores são para conhecimento e eventual análise deste quesito.

Comparando-se os resultados do exercício de 2022 frente a 2023, foram observados os seguintes pontos: variação de 7,89% nas Provisões Matemáticas, de 3,61% nos ativos financeiros e de 9,06% no resultado atuarial.

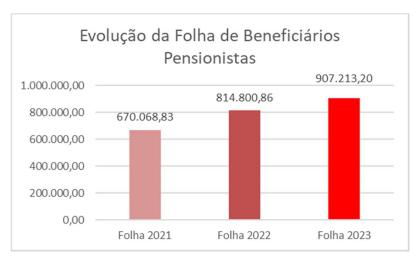
Seguem alguns itens que impactam diretamente as provisões matemáticas e consequentemente o resultado atuarial do exercício:

- Quantidade de Servidores Ativos que passou de 1.802 para 2.331, passando de uma folha de salário de contribuição de R\$ 4.159.179,25 para R\$ 5.511.144,17, ocasionando um aumento de R\$ 1.351.964,42;
- Quantidade de Servidores Aposentados que passou de 1.246 para 1.231, passando de uma folha de benefícios de R\$ 4.081.653,77 para R\$ 4.599.303,91, ocasionando um aumento de R\$ 517.650,14; e



 Quantidade de Servidores Pensionistas que passou de 307 para 303, passando de uma folha de benefícios de R\$ 814.800,86 para R\$ 907.213,20, ocasionando um aumento de R\$ 92.412,34,





- Alteração da hipótese taxa real anual de juros que passou de 4,53% a.a. em 31/12/2022 para 4,68% a.a. em 31/12/2023, conforme a Portaria 1.467/2022;
- Atualização da Tábua de Mortalidade IBGE, segregada por sexo;
- Redução do percentual do COMPREV de 7% para 6% também em atendimento à Portaria 1467/2022;
- Alteração do crescimento salarial de 1% a.a. para 1,53% conforme "Relatório de Aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras" elaborado pela RTM Consultoria Previdenciária em 20/07/2023;
- Importante salientar que a meta dos Ativos Garantidores, deve ser a mesma do Passivo Atuarial (taxa real anual de juros = juros atuariais). Caso essa meta **não seja alcançada**, consequentemente gerará um impacto diretamente no resultado do exercício atuarial, consequentemente com o aumento do Déficit Técnico;
- A movimentação entre os servidores ativos, aposentados e beneficiários pensionistas e suas respectivas folhas de salários e benefícios.



Reforçamos a importância de processos de gestão atuarial. Anteriormente, devido a não especificidade das exigências normativas e ao caráter não profissional que permeava a administração das unidades gestoras, o processo de gestão atuarial não era considerado como uma necessidade. Porém, pelos novos adventos legais e as responsabilidades que caem nos braços dos gestores, faz-se mais do que necessário um acompanhamento dos riscos que incidem sobre a previdência municipal. Observa-se a importância do planejamento conjunto da administração pública com o fundo de pensão municipal. Por consequência, recomenda-se a elaboração de um planejamento viável e de menor custo total no longo prazo para que a previdência seja garantida respeitando os princípios da economicidade e eficiência.

As premissas atuariais utilizadas se enquadram dentro das expectativas biométricas e financeiras esperadas para o curto e médio prazo e que os sistemas previdenciários são extremamente sensíveis a estas. Caso haja alguma alteração significativa nas expectativas, estas premissas deverão ser reavaliadas para que o impacto financeiro no plano não seja significativo. Ocorrendo grandes alterações nos cenários aqui previstos, os valores aqui determinados sofrerão alterações.

Posto isto, o nosso parecer final quanto a situação do regime próprio de previdência social de NILÓPOLIS/RJ - PREVIDENCIÁRIO. Lembramos a importância da realização de avaliações atuariais periódicas e de um acompanhamento constante da gestão dos fundos de previdência, pois é por meio das avaliações atuariais, que a administração pública tem a possibilidade de vislumbrar vieses não desejados e assim, através de medidas de correção pertinentes, restabelecer o bom curso do sistema previdenciário. Com isso, a previdência social irá atingir o fim para o qual foi criada.

Atenciosamente,

EC2G ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. ME

Felix Orlando Villalba — Sócio Atuário MIBA/MTE nº 1906 Eduardo Pereira dos Santos — Sócio Advogado OAB/SP nº 411.646



16. ANEXOS

ANEXO 1 - ESTATÍSTICAS

Procederemos à análise demográfica do grupo dos servidores da seguinte maneira: primeiramente analisaremos descritivamente o grupo total, tentado determinar seus principais indicadores socioeconômicos e demográficos, posteriormente o grupo composto pelos servidores em atividade quanto a sua distribuição de frequência, etária, por gênero e salarial, pois características são fundamentais no equacionamento do sistema previdenciário, em seguida o grupo formado pelos aposentados e por fim o grupo de beneficiários pensionistas.



GRUPO GERAL

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA MASSA SEGURADA



GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO GRUPOS SEGURADOS

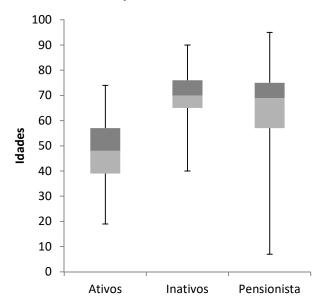


TABELA – ESTATÍSTICAS GERAIS

	Ativos	Inativos	Pensionista	Totais
freq.	2.331	1.231	303	3865
IdadeMédia	48	70	64	56
Amplitude Remunerações/Proventos	38.634	18.680	28.738	-
Salário/ProventoMédio	<i>3.485</i>	3.736	2.994	-
Salário/ProventoMediano	2.376	3.730	2.076	-
DesvioRemunerações/Proventos	3.107	<i>2.497</i>	3.185	-
Mínimo	19	40	7	7
1º Quartil	39	65	<i>57</i>	-
Mediana	48	70	69	-
3º Quartil	<i>57</i>	<i>76</i>	<i>75</i>	-
Máximo	<i>74</i>	90	<i>95</i>	95



GRUPO DOS SERVIDORES ATIVOS



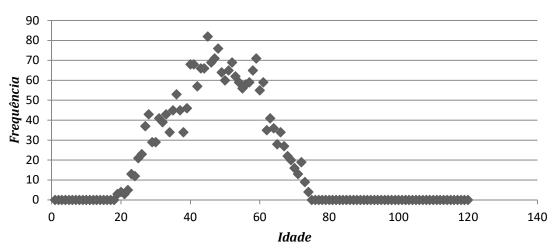


TABELA – FREQUÊNCIA, IDADE MÉDIA, SALÁRIO MÉDIO, FOLHA TOTAL DISCRIMINADA POR SEXO

Sexo	freq.	IdadeMédia	Sal Médio (R\$)	Folha Pag. Relativa (R\$)	Folha de Pagamento (%)
М	<i>753</i>	47,89	3.332,20	2.509.143,40	30,89%
F	<i>1578</i>	47,48	3.557,75	5.614.132,38	69,11%
totais	2331	47,61	3.484,89	8.123.275,78	100,00%

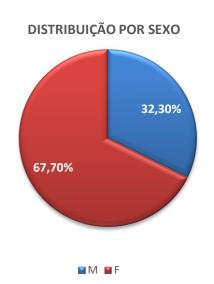






TABELA - EVOLUÇÃO DAS ADMISSÕES DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

	Professores			NãoProfessores			Geral		
Ano	freq	Salários (R\$)	SalárioMédio (R\$)	freq	Salários (R\$)	SalárioMédio (R\$)	freq	Salários (R\$)	SalárioMédio (R\$)
2017	23	123.385,18	5.364,57	75	248.125,70	3.308,34	98	371.510,88	3.790,93
2018	1	3.411,31	3.411,31	41	73.778,20	1.799,47	42	77.189,51	1.837,85
2019	0	0,00	0,00	40	129.269,80	3.231,75	40	129.269,80	3.231,75
2020	0	0,00	0,00	3	5.226,00	1.742,00	3	5.226,00	1.742,00
2021	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
2022	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
2023	382	927.876,24	2.429,00	207	348.475,31	1.683,46	589	1.276.351,55	2.166,98
Total	406	#######	2.597,72	366	804.875,01	2.199,11	772	########	2.408,74



REPOSIÇÃO DA FOLHA SALARIAL

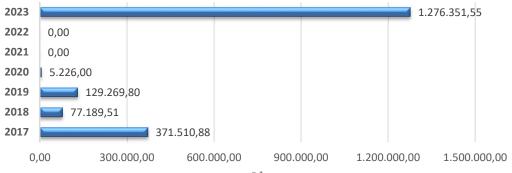
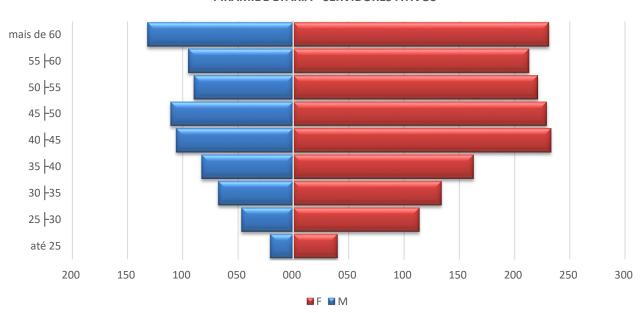




TABELA - DISTRIBUIÇÃO DO GRUPO SEGURADO

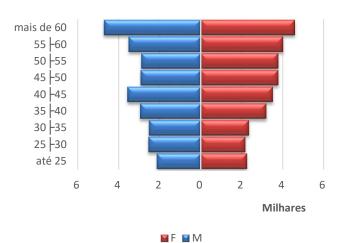
	DistribuiçãoFrequências		Soma Salários (R\$)		MédiaSalár	rios (R\$)
FaixaEtária	F	M	F	M	F	M
até 25	40	21	90.384,61	45.047,75	2.259,62	2.145,13
25 -30	114	47	247.503,32	120.166,67	2.171,08	2.556,74
30 -35	134	68	314.913,39	171.887,54	2.350,10	2.527,76
35 40	163	83	521.521,78	245.923,93	3.199,52	2.962,94
40 45	233	106	818.940,23	379.845,60	3.514,76	3.583,45
45 -50	229	111	866.395,56	326.329,94	3.783,39	2.939,91
50 -55	221	90	836.745,66	261.689,58	3.786,18	2.907,66
55 -60	213	95	856.259,96	334.399,86	4.020,00	3.520,00
mais de 60	231	132	1.061.467,87	623.852,53	4.595,10	4.726,16
TOTAL	1.578	753	5.614.132,38	2.509.143,40	3.557,75	3.332,20

PIRÂMIDE ETÁRIA - SERVIDORES ATIVOS





PIRÂMIDE MÉDIA SALARIAL - ATIVOS



SOMA DOS SALÁRIOS - ATIVOS

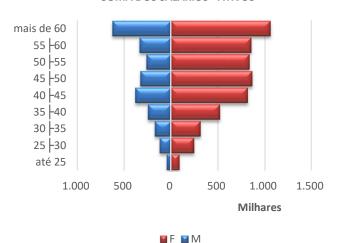


TABELA – FREQUÊNCIA E MÉDIA SALARIAL POR CARGO E SEXO

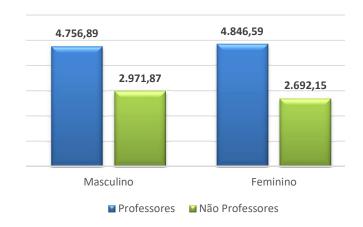
Frequência	Masculino	Feminino	Total
Professores	152	634	786
Outros	601	944	1.545
Total	753	1.578	2.331

Salários	Masculino	Feminino	Total
Professores	4.756,89	4.846,59	4.829,24
Outros	2.971,87	2.692,15	2.800,96
Total	3.332,20	3.557,75	3.484,89

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO E SEXO



REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SEXO E CARGO

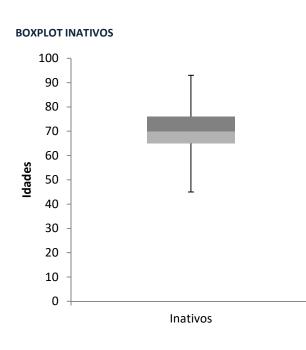




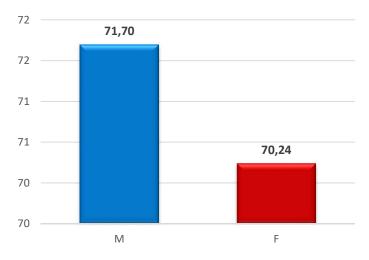
GRUPO DOS SERVIDORES INATIVOS

TABELA – ESTATÍSTICAS GERAIS

IADELA ES	17113116	42 OFICATO	•
	Masculino	Feminino	Geral
freq	212	1.019	1.231
IdadeMédia	71,70	70,24	70,49
IdadeMediana	-	-	70,00
Mínimo	45,00	40,00	40,00
1º Quartil	-	-	65,00
Mediana	-	-	70,00
3º Quartil	-	-	76,00
Máximo	90,00	90,00	90,00
ProventoMédio	4.339,34	3.610,76	3.736,23
ProventoMédiano	-	-	3.729,57
DesvioProventos	-	-	2.497,21
Mínimo	1.320,00	1.320,00	1.320,00
1º Quartil	-	-	1.980,00
Mediana	-	-	3.729,57
3º Quartil	-	-	4.644,07
Máximo	20.000,00	20.000,00	20.000,00



IDADE MÉDIA POR SEXO - INATIVOS



DISTRIBUIÇÃO POR SEXO - INATIVOS

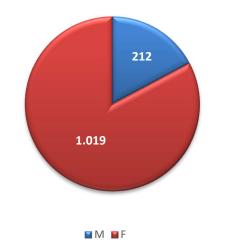
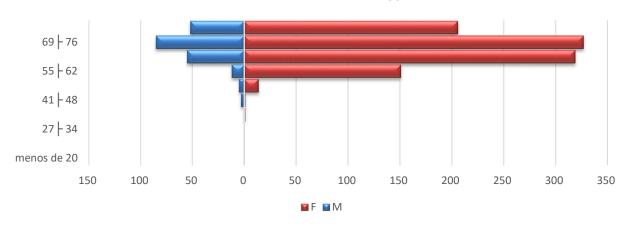




TABELA – FREQUÊNCIA, SOMATÓRIO DOS SALÁRIOS E MÉDIA SALARIAL POR SEXO E FAIXA-ETÁRIA

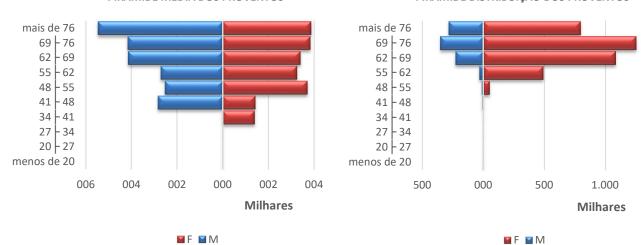
	Distribuiçãol	Frequências	Soma Salários (R\$)		uências Soma Salários (R\$) MédiaSalários (R\$)		rios (R\$)
FaixaEtária	F	M	F	M	F	M	
menos de 20	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
20 27	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
27 34	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
34 41	1	0	1.395,50	0,00	1.395,50	0,00	
41 48	1	3	1.426,93	8.527,75	1.426,93	2.842,58	
48 55	14	5	51.854,04	12.659,01	3.703,86	2.531,80	
55 62	151	12	491.114,12	32.574,40	3.252,41	2.714,53	
62 69	319	55	1.084.235,88	228.162,46	3.398,86	4.148,41	
69 76	327	85	1.252.629,04	353.827,49	3.830,67	4.162,68	
mais de 76	206	52	796.707,51	284.189,78	3.867,51	5.465,19	
TOTAL	1.019	212	3.679.363,02	919.940,89	3.610,76	4.339,34	

PIRÂMIDE ETÁRIA - INATIVOS



PIRÂMIDE MÉDIA DOS PROVENTOS

PIRÂMIDE DISTRIBUIÇÃO DOS PROVENTOS

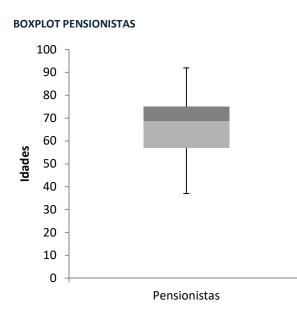




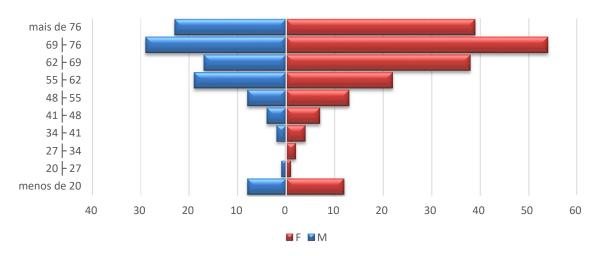
GRUPO DOS PENSIONISTAS

TABELA – ESTATÍSTICAS GERAIS

	Masculino	Feminino	Geral
freq	111	192	303
IdadeMédia	63,77	64,57	64,27
IdadeMediana	-	-	69,00
Mínimo	10,00	7,00	7,00
1º Quartil	-	-	57,00
Mediana	-	-	69,00
3º Quartil	-	-	75,00
Máximo	89,00	95,00	95,00
ProventoMédio	2.486,58	3.287,52	2.994,10
ProventoMédiano	-	-	2.076,38
DesvioProventos	-	-	3.184,84
Mínimo	464,83	324,60	324,60
1º Quartil	-	-	1.491,35
Mediana	-	-	2.076,38
3º Quartil	-	-	3.297,23
Máximo	7.873,56	29.062,50	29.062,50

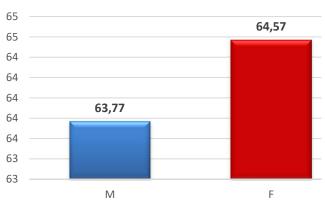


PIRÂMIDE ETÁRIA PENSIONISTAS

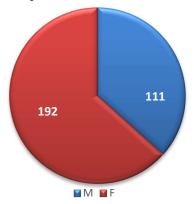




IDADE MÉDIA POR SEXO - PENSIONSITA!



DISTRIBUIÇÃO POR SEXO - PENSIONISTAS





ANEXO 2 - PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONTABILIZAR CONF. NOVO PCASP

RESERVAS MATEMÁTICAS - MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS/RJ - PREVIDENCIÁRIO Reservas em 31/12/2023

		PLANO DE CONTAS	
1.2.1.1.2.08.00		Créditos para Amortização de Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização - INTRA OFSS	R\$ 176.623.169,18
1.2.1.1.2.08.01		Valor Atual dos Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial	R\$ 0,00
1.2.1.1.2.08.02		Valor Atual da Contribuição Patronal Suplementar para Cobertura do Déficit Atuarial	R\$ 176.623.169,18
1.2.1.1.2.08.03		Valor Atual dos Recursos Vinculados por Lei Para Cobertura do Déficit Atuarial	R\$ 0,00
1.2.1.1.2.08.99		Outros Créditos do RPPS para Amortizar Déficit Atuarial	R\$ 0,00
2.2.7.2.0.00.00		Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	R\$ 956.329.027,13
2.2.7.2.1.00.00		Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	R\$ 956.329.027,13
2.2.7.2.1.01.00		RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.1.01.01	Patrimonial	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.03	Patrimonial	(-) Contribuições do aposentado para o fundo em repartição do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.04	Patrimonial	(-) Contribuições do pensionista para o fundo em repartição do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.05	Patrimonial	(-) Compensação previdenciária do fundo em repartição do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.99	Patrimonial	(-) Outras Deduções	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.00		RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.01	Patrimonial	Aposentadorias/pensões a conceder do fundo em repartição do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.02	Patrimonial	(-) Contribuições do ente para o fundo em repartição do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.03	Patrimonial	(-) Contribuições do servidor e futuro aposentado/pensionista para o fundo em repartição do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.04	Patrimonial	(-) Compensação previdenciária do fundo em repartição do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.99	Patrimonial	(-) Outras Deduções	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.00		RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	R\$ 618.252.239,95
2.2.7.2.1.03.01	Patrimonial	Aposentadorias/pensões concedidas do fundo em capitalização do RPPS	R\$ 663.997.899,61
2.2.7.2.1.03.03	Patrimonial	(-) Contribuições do aposentado para o fundo em capitalização do RPPS	-R\$ 5.905.785,68
2.2.7.2.1.03.04	Patrimonial	(-) Contribuições do pensionista para o fundo em capitalização do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.05	Patrimonial	(-) Compensação previdenciária do fundo em capitalização do RPPS	-R\$ 39.839.873,98
2.2.7.2.1.03.99	Patrimonial	(-) Outras Deduções	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.04.00		RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	R\$ 338.076.787,18
2.2.7.2.1.04.01	Patrimonial	Aposentadorias/pensões a conceder do fundo em capitalização do RPPS	R\$ 563.184.585,46
2.2.7.2.1.04.02	Patrimonial	(-) Contribuições do ente para o fundo em capitalização do RPPS	-R\$ 123.849.868,6
2.2.7.2.1.04.03	Patrimonial	 (-) Contribuições do servidor e futuro aposentado/pensionista para o fundo em capitalização do RPPS 	-R\$ 67.466.854,51
2.2.7.2.1.04.04	Patrimonial	(-) Compensação previdenciária do fundo em capitalização do RPPS	-R\$ 33.791.075,13
2.2.7.2.1.04.99	Patrimonial	(-) Outras Deduções	R\$ 0,00
2.3.6.2.0.00.00		Reservas Atuariais	R\$ 0,00
2.3.6.2.1.00.00		Reserva Atuarial - Consolidação	R\$ 0,00
2.3.6.2.1.01.00		Reservas Atuariais - Fundo em Capitalização	R\$ 0,00
2.3.6.2.1.01.01		Reserva Atuarial para Contingências	R\$ 0,00



ANEXO 3 - PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES

Abaixo apresentamos a evolução mensal das provisões matemáticas do RPPS dentro do exercício de 2024.

Tabela — Projeção da Evolução das Provisões Matemáticas no Ano

	EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - PLANO PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS					
	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.1.03.05	
MÊS	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	APOSENTADORIAS / PENSÕES / OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	
dez/23	618.252.239,95	663.997.899,61	(5.905.785,68)	=	(39.839.873,98)	
jan/24	623.155.091,50	669.263.522,47	(5.952.619,62)	=	(40.155.811,35)	
fev/24	628.057.943,05	674.529.145,34	(5.999.453,57)	-	(40.471.748,72)	
mar/24	632.960.794,60	679.794.768,20	(6.046.287,51)	=	(40.787.686,09)	
abr/24	637.863.646,15	685.060.391,06	(6.093.121,45)	-	(41.103.623,46)	
mai/24	642.766.497,69	690.326.013,93	(6.139.955,40)	-	(41.419.560,84)	
jun/24	647.669.349,24	695.591.636,79	(6.186.789,34)	-	(41.735.498,21)	
jul/24	652.572.200,79	700.857.259,65	(6.233.623,28)	-	(42.051.435,58)	
ago/24	657.475.052,34	706.122.882,52	(6.280.457,23)	-	(42.367.372,95)	
set/24	662.377.903,89	711.388.505,38	(6.327.291,17)	=	(42.683.310,32)	
out/24	667.280.755,44	716.654.128,25	(6.374.125,11)	-	(42.999.247,69)	
nov/24	672.183.606,98	721.919.751,11	(6.420.959,06)	-	(43.315.185,07)	
dez/24	677.086.458,53	727.185.373,97	(6.467.793,00)	-	(43.631.122,44)	

	EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - PLANO PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIOS A CONCEDER					
	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	
MÊS	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	APOSENTADORIAS / PENSÕES / OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	
dez/23	338.076.787,18	563.184.585,46	(123.849.868,64)	(67.466.854,51)	(33.791.075,13)	
jan/24	340.757.796,96	567.650.740,60	(124.832.020,39)	(68.001.878,81)	(34.059.044,44)	
fev/24	343.438.806,73	572.116.895,73	(125.814.172,14)	(68.536.903,11)	(34.327.013,74)	
mar/24	346.119.816,51	576.583.050,87	(126.796.323,89)	(69.071.927,41)	(34.594.983,05)	
abr/24	348.800.826,29	581.049.206,00	(127.778.475,65)	(69.606.951,71)	(34.862.952,36)	
mai/24	351.481.836,06	585.515.361,14	(128.760.627,40)	(70.141.976,01)	(35.130.921,67)	
jun/24	354.162.845,84	589.981.516,28	(129.742.779,15)	(70.677.000,31)	(35.398.890,98)	
jul/24	356.843.855,62	594.447.671,41	(130.724.930,90)	(71.212.024,61)	(35.666.860,28)	
ago/24	359.524.865,39	598.913.826,55	(131.707.082,65)	(71.747.048,91)	(35.934.829,59)	
set/24	362.205.875,17	603.379.981,68	(132.689.234,40)	(72.282.073,21)	(36.202.798,90)	
out/24	364.886.884,94	607.846.136,82	(133.671.386,15)	(72.817.097,51)	(36.470.768,21)	
nov/24	367.567.894,72	612.312.291,96	(134.653.537,90)	(73.352.121,81)	(36.738.737,52)	
dez/24	370.248.904,50	616.778.447,09	(135.635.689,66)	(73.887.146,11)	(37.006.706,83)	



ANEXO 4 - PROJEÇÕES ATUARIAIS PARA O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — RREO

Tabela - Projeção das Receitas e Despesas

i abeia -	- Projeção das R	eceitas e Despes	a5	
	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
2024	70.809.619,09	93.065.746,80	-22.256.127,70	12.466.377,38
2025	67.840.418,60	90.693.694,39	-22.853.275,79	-10.386.898,42
2026	65.305.253,29	88.619.241,52	-23.313.988,23	-33.700.886,65
2027	63.735.060,10	86.062.330,50	-22.327.270,40	-56.028.157,05
2028	61.491.387,26	84.231.314,43	-22.739.927,17	-78.768.084,22
2029	35.921.620,26	81.352.330,41	-45.430.710,15	-124.198.794,37
2030	34.106.779,46	79.649.278,68	-45.542.499,22	-169.741.293,58
2031	32.675.800,55	76.900.585,36	-44.224.784,82	-213.966.078,40
2032	30.843.931,51	75.480.159,66	-44.636.228,15	-258.602.306,54
2033	29.653.970,87	73.023.897,29	-43.369.926,42	-301.972.232,96
2034	28.376.359,40	71.277.007,05	-42.900.647,65	-344.872.880,61
2035	27.376.839,37	68.912.688,44	-41.535.849,07	-386.408.729,68
2036	25.837.775,50	67.059.615,99	-41.221.840,50	-427.630.570,18
2037	24.428.104,53	64.692.700,63	-40.264.596,11	-467.895.166,28
2038	23.057.035,71	62.569.893,23	-39.512.857,51	-507.408.023,79
2039	21.547.608,10	60.999.886,57	-39.452.278,46	-546.860.302,26
2040	20.335.886,72	58.741.623,81	-38.405.737,09	-585.266.039,35
2041	19.035.759,71	56.845.106,89	-37.809.347,18	-623.075.386,53
2042	17.652.509,76	54.786.596,55	-37.134.086,79	-660.209.473,32
2043	16.014.827,43	55.210.025,03	-39.195.197,60	-699.404.670,92
2044	14.079.968,92	56.295.586,43	-42.215.617,51	-741.620.288,42
2045	12.621.234,94	55.123.271,05	-42.502.036,11	-784.122.324,53
2046	11.509.627,98	53.699.560,91	-42.189.932,93	-826.312.257,47
2047	10.690.950,81	51.764.550,37	-41.073.599,56	-867.385.857,03
2048	9.793.661,72	50.141.525,93	-40.347.864,21	-907.733.721,24
2049	7.273.827,32	48.573.042,94	-41.299.215,62	-949.032.936,85
2050	6.755.071,17	46.807.552,84	-40.052.481,67	-989.085.418,52
2051	6.194.783,69	45.297.678,33	-39.102.894,64	-1.028.188.313,17
2052	5.771.775,71	43.431.354,94	-37.659.579,23	-1.065.847.892,40
2053	5.260.553,98	41.975.583,09	-36.715.029,11	-1.102.562.921,51
2054	4.822.697,70	40.375.194,68	-35.552.496,98	-1.138.115.418,49
2055	4.324.376,16	39.157.383,69	-34.833.007,53	-1.172.948.426,02
2056	3.900.994,81	37.757.074,83	-33.856.080,02	-1.206.804.506,04
2057	3.457.867,25	36.582.205,25	-33.124.338,00	-1.239.928.844,04
2058	3.115.306,71	35.126.979,81	-32.011.673,10	-1.271.940.517,15
2059	2.716.317,45	33.993.610,05	-31.277.292,59	-1.303.217.809,74
2060	2.413.003,39	32.599.323,40	-30.186.320,02	-1.333.404.129,76
2061	2.188.611,63	30.988.355,26	-28.799.743,63	-1.362.203.873,39
2062	1.990.459,56	29.364.015,95	-27.373.556,39	-1.389.577.429,78
2063	1.829.868,19	27.673.139,01	-25.843.270,82	-1.415.420.700,60



2064	1.682.561,95	26.010.272,49	-24.327.710,54	-1.439.748.411,14
2065	1.541.647,73	24.401.132,55	-22.859.484,83	-1.462.607.895,97
2066	1.395.667,68	22.892.506,84	-21.496.839,15	-1.484.104.735,12
2067	1.289.328,58	21.305.343,85	-20.016.015,27	-1.504.120.750,39
2068	1.195.047,10	19.750.812,60	-18.555.765,50	-1.522.676.515,89
2069	1.099.509,55	18.283.589,48	-17.184.079,94	-1.539.860.595,83
2070	1.013.506,72	16.859.623,96	-15.846.117,24	-1.555.706.713,06
2071	931.525,18	15.500.539,26	-14.569.014,09	-1.570.275.727,15
2072	853.432,74	14.204.509,34	-13.351.076,60	-1.583.626.803,75
2073	779.180,90	12.971.122,12	-12.191.941,22	-1.595.818.744,97
2074	708.750,85	11.800.446,33	-11.091.695,48	-1.606.910.440,45
2075	642.077,41	10.691.684,26	-10.049.606,84	-1.616.960.047,30
2076	579.181,15	9.645.395,46	-9.066.214,31	-1.626.026.261,61
2077	520.128,90	8.662.816,87	-8.142.687,98	-1.634.168.949,58
2078	464.929,68	7.744.164,14	-7.279.234,46	-1.641.448.184,05
2079	413.517,27	6.888.382,91	-6.474.865,64	-1.647.923.049,68
2080	365.803,41	6.094.038,56	-5.728.235,15	-1.653.651.284,84
2081	321.736,50	5.360.299,33	-5.038.562,83	-1.658.689.847,67
2082	281.259,11	4.686.234,37	-4.404.975,26	-1.663.094.822,93
2083	244.306,93	4.070.794,11	-3.826.487,18	-1.666.921.310,11
2084	210.773,99	3.512.230,89	-3.301.456,91	-1.670.222.767,02
2085	180.559,69	3.008.887,98	-2.828.328,28	-1.673.051.095,30
2086	153.565,90	2.559.152,98	-2.405.587,08	-1.675.456.682,38
2087	129.640,87	2.160.517,25	-2.030.876,38	-1.677.487.558,76
2088	108.558,72	1.809.226,78	-1.700.668,05	-1.679.188.226,81
2089	90.109,28	1.501.784,82	-1.411.675,54	-1.680.599.902,36
2090	74.055,51	1.234.247,13	-1.160.191,61	-1.681.760.093,97
2091	60.193,52	1.003.223,31	-943.029,79	-1.682.703.123,76
2092	48.321,51	805.358,30	-757.036,79	-1.683.460.160,55
2093	38.255,87	637.597,89	-599.342,02	-1.684.059.502,57
2094	29.819,05	496.984,16	-467.165,11	-1.684.526.667,68
2095	22.828,89	380.481,50	-357.652,61	-1.684.884.320,29
2096	17.112,34	285.205,63	-268.093,29	-1.685.152.413,58
2097	12.521,42	208.690,32	-196.168,90	-1.685.348.582,48
2098	8.915,12	148.585,28	-139.670,16	-1.685.488.252,65



ANEXO 5 - RESULTADO DA DURAÇÃO DO PASSIVO E ANÁLISE EVOLUTIVA

Abaixo, apresentamos o resultado da Duração do Passivo para o exercício bem como sua evolução histórica.

Tabela – Evolução do Duração do Passivo

3	
Ano	Duration
2020	11,52
2021	11,96
2022	11,33
2023	12,29



ANEXO 6 - DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO (arts. 49 a 51 da Portaria 1467, de 02/06/2022)

Conforme legislação vigente, deverá ser apresentado à Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPPS o Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, documento de caráter declaratório, conforme modelo e instrução de preenchimento disponibilizados na página da Previdência Social na **Internet.**

O demonstrativo contempla informações estruturadas relativas ao histórico de receitas e despesas do ente federativo, às projeções de receitas e despesas do RPPS e ao plano de equacionamento do **déficit** atuarial do regime e o cálculo de indicadores que visem avaliar o impacto do plano de custeio para a situação financeira e fiscal do ente federativo, considerando-se o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

O Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio deverá ser encaminhado à Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Públicos – DRPPS, como anexo a estudos técnicos submetidos à sua análise ou no prazo previsto em notificação eletrônica por ela emitida.

Para a elaboração do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio deverão ser obtidos dados e informações relativos:

- I à Receita Corrente Líquida RCL, conforme dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO do último bimestre de cada exercício, considerando o período de, no mínimo, 5 (cinco) exercícios anteriores àquele a que se refere a avaliação atuarial;
- II à Despesa Líquida com Pessoal DLP, conforme dados do Demonstrativo da Despesa com Pessoal DPP, anexo ao Relatório de Gestão Fiscal RGF de que trata o Manual de Demonstrativos Fiscais MDF disponibilizado na página da Secretaria do Tesouro Nacional STN na **Internet**, considerando o mesmo período informado para a RCL;
- III às contribuições a cargo do ente federativo relativas ao exercício anterior àquele a que se refere a avaliação atuarial, contemplando as contribuições normais e suplementares, na forma de alíquotas ou aportes, devidas pelo ente federativo nas competências de janeiro a dezembro daquele exercício e os montantes das parcelas, devidas nesse período, relativas a termos de parcelamento firmados entre a unidade gestora e o ente federativo, excluindo os valores dos aportes para cobertura de insuficiência financeira do RPPS;
- IV às despesas do RPPS com o pagamento de benefícios e despesas administrativas, relativas ao exercício anterior àquele a que se refere a avaliação atuarial;
- V à Dívida Consolidada Líquida DCL, conforme dados do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, anexo ao RGF;



- VI ao resultado atuarial apurado na avaliação atuarial, sem considerar o valor atual do plano de equacionamento do **déficit** atuarial estabelecido em lei; e
- VII às projeções de remunerações, despesas com benefícios, contribuições, parcelamentos, insuficiências ou excedentes financeiros, evolução dos recursos garantidores e demais informações obtidas nos fluxos atuariais.

A partir dos dados e informações referidos neste artigo devem ser calculadas a variação real média da RCL e da DLP para fundamentar as projeções dessas receitas e despesas, realizadas as estimativas de contribuições e encargos totais do ente, das despesas totais com pessoal e do limite de endividamento, considerando os valores do **déficit** atuarial e do crescimento percentual do saldo financeiro acumulado para o cálculo de indicadores que irão fundamentar a análise de viabilidade do plano de custeio.

As projeções para análise da viabilidade do plano de custeio do RPPS deverão ser realizadas para todos os anos do período do plano de amortização e, em caso de segregação da massa, pelo período de duas vezes a duração do passivo do Fundo em Capitalização, para ambos os fundos.

Para a variação real da RCL, deverá ser utilizado percentual de crescimento inferior àquele calculado pelos dados históricos caso o valor projetado não se demonstre sustentável a longo prazo.

A responsabilidade pelas informações a serem prestadas no Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio relativas às projeções atuariais do RPPS é do atuário e, pelos dados contábeis, financeiros, orçamentários e fiscais, do representante legal do ente federativo e dos dirigentes da unidade gestora do RPPS.

INDICADORES DE VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO

A análise do impacto do plano de custeio do RPPS para a situação financeira e fiscal do ente federativo, observando-se o equilíbrio financeiro e atuarial do regime, deverá basear-se, no mínimo, em indicadores, que utilizam como insumo as informações do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, que visam aferir os impactos:

- I da despesa total de pessoal na RCL;
- $\,$ II do percentual acima do limite prudencial estabelecidos na Lei Complementar n^{o} 101, de 2000;
- III da inclusão do valor do **déficit** atuarial na análise do limite de endividamento; e
 - IV do resultado financeiro dos fluxos atuariais



A análise do limite de endividamento deverá considerar, conforme inciso III do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o previsto nas resoluções do Senado Federal que dispõem sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Avaliação da viabilidade do plano de custeio

A unidade gestora do RPPS e o ente federativo deverão apresentar justificativa técnica para a manutenção dos planos de custeio do RPPS quando, isoladamente ou de forma cumulativa, forem constatadas as seguintes situações:

- I o percentual de despesas com pessoal projetado for superior aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000, em qualquer exercício das projeções atuariais efetuadas;
- II o limite de endividamento, após a inclusão do **déficit** atuarial for superior ao previsto no art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 40, de 2001; e
- III for identificada insuficiência financeira em, pelo menos, um dos 10 (dez) exercícios subsequentes ao exercício da data focal da avaliação atuarial.

Em caso de a providência não demonstrar a capacidade de execução do plano de custeio pelo ente federativo deverá ser proposta sua revisão, a ser implementada até o término do exercício subsequente, desde que vise o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Os conselhos deliberativo e fiscal do RPPS deverão acompanhar as informações do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, que serão encaminhadas aos órgãos de controle interno e externo para subsidiar a análise da capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo para cumprimento do plano de custeio do RPPS.

Tabela – Despesa com Pessoal fornecida pelo RPPS

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA COM PESSOAL	(Últimos 12 Meses)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	245.723.628,10	
Pessoal Ativo		
Pessoal Inativo e Pensionistas	245.723.628,10	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	29.334.275,95	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	29.334.275.95	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	29.334.273,93	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	216.389.352,15	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	216.389.352,15	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	455.594.978,70	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	47,5%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	60,0%	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	57,0%	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	54,0%	



TABELA – Incremento do Custeio Especial proposto na RCL projetada do Ente

Impacto do deficit atuarial após a inclusão no Quociente do Limite de Endividamento

-133,15%

ANO	No.	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	Pessoal Ativo Efetivo (Código 109001)	Aposentadorias e Pensões (Códigos 210000 e 220000)	Contribuição Patronal (Código 121000 - Todos os Planos)	Contribuição Suplementar (Código 130101 - Todos os Planos)	Parcelamentos (Código 130201 - Todos os Planos)	Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira (Código 139901)	Insuficiência ou Excedente Financeiro (Código 250001 - Todos os Planos)	Despesa com Pessoal - LRF	Evolução dos Recursos Garantidores (Código 290001)
2023	0	455.594.978,20	216.389.352,15	50.307.578,27	93.065.746,80	9.915.397,30	23.790.000,00	23.871.895,43	-	(23.881.140,94)	297.847.785,83	12.466.377,38
2024	1	478.374.727,11	227.208.819,76	50.497.984,45	90.693.694,39	9.952.925,50	21.970.000,00	23.871.895,43		(23.436.702,26)	306.440.342,95	
2025	2	502.293.463,47	228.344.863,86	50.128.977,98	88.619.241,52	9.880.195,99	20.280.000,00	23.871.895,43	-	(23.313.988,23)	305.690.943,50	
2026	3	527.408.136,64	229.486.588,18	50.251.289,03	86.062.330,50	9.904.302,94	18.850.000,00	23.871.895,43	•	(22.327.270,40)	304.440.056,95	
2027	4	553.778.543,47	230.634.021,12	49.306.697,46	84.231.314,43	9.718.128,20	17.030.000,00	23.871.895,43	-	(22.739.927,17)	303.993.971,91	
2028	5	581.467.470,64	231.787.191,22	49.502.706,55	81.352.330,41	9.756.760,70	15.470.000,00	-	-	(45.430.710,15)	302.444.662,08	
2029	6	610.540.844,18	232.946.127,18	48.231.509,98	79.649.278,68	9.506.213,58	14.170.000,00	-	-	(45.542.499,22)	302.164.839,98	
2030	7	641.067.886,39	234.110.857,81	47.997.449,69	76.900.585,36	9.460.081,35	13.000.000,00			(44.224.784,82)	300.795.723,98	
2031	8	673.121.280,70	235.281.412,10	46.183.933,93	75.480.159,66	9.102.645,56	11.830.000,00			(44.636.228,15)	300.850.285,80	-
2032	9	706.777.344,74	236.457.819,16	45.402.607,49	73.023.897,29	8.948.649,63	11.050.000,00	-	-	(43.369.926,42)	299.826.395,21	
2033	10	742.116.211,98	237.640.108,26	43.765.381,77	71.277.007,05	8.625.959,81	10.400.000,00		٠	(42.900.647,65)	299.566.715,72	
2034	11	779.222.022,58	238.828.308,80	42.734.015,46	68.912.688,44	8.422.682,15	9.880.000,00	-	-	(41.535.849,07)	298.666.840,02	
2035	12	818.183.123,70	240.022.450,34	41.108.385,48	67.059.615,99	8.102.277,80	8.970.000,00	-	-	(41.221.840,50)	298.316.568,64	
2036	13	859.092.279,89	241.222.562,60	40.007.304,24	64.692.700,63	7.885.259,64	8.060.000,00	-	-	(40.264.596,11)	297.432.418,34	
2037	14	902.046.893,88	242.428.675,41	38.556.973,76	62.569.893,23	7.599.406,03	7.280.000,00	-	-	(39.512.857,51)	296.820.938,95	-
2038	15	947.149.238,58	243.640.818,79	36.540.068,56	60.999.886,57	7.201.883,09	6.500.000,00	-	-	(39.452.278,46)	296.794.980,34	
2039	16	994.506.700,51	244.859.022,88	35.207.221,66	58.741.623,81	6.939.184,96	5.850.000,00	-	-	(38.405.737,09)	296.053.944,94	-
2040	17	1.044.232.035,53	246.083.317,99	33.510.687,64	56.845.106,89	6.604.805,74	5.200.000,00	-	-	(37.809.347,18)	295.697.470,91	-
2041	18	1.096.443.637,31	247.313.734,58	31.996.622,38	54.786.596,55	6.306.390,29	4.420.000,00	-	-	(37.134.086,79)	295.174.211,66	-
2042	19	1.151.265.819,17	248.550.303,26	27.873.927,23	55.210.025,03	5.493.825,63	4.030.000,00	-	-	(39.195.197,60)	297.269.326,48	-
2043	20	1.208.829.110,13	249.793.054,77	23.068.631,03	56.295.586,43	4.546.723,37	3.510.000,00	-	-	(42.215.617,51)	300.065.395,65	-
2044	21	1.269.270.565,64	251.042.020,05	20.696.032,79	55.123.271,05	4.079.094,93	2.860.000,00	-	-	(42.502.036,11)	300.483.151,09	
2045	22	1.332.734.093,92	252.297.230,15	18.656.091,43	53.699.560,91	3.677.031,67	2.470.000,00	-	-	(42.189.932,93)	300.634.194,75	
2046	23	1.399.370.798,62	253.558.716,30	17.248.983,59	51.764.550,37	3.399.697,05	2.210.000,00	-	-	(41.073.599,56)	300.242.012,91	
2047	24	1.469.339.338,55	254.826.509,88	15.606.159,86	50.141.525,93	3.075.903,88	1.923.497,80	-	-	(40.347.864,21)	300.173.775,77	
2048	25	1.542.806.305,48	256.100.642,43	13.996.961,29	48.573.042,94	2.758.738,09		-	-	(41.299.215,62)	300.158.596,13	
2049	26	1.619.946.620,75	257.381.145,64	12.678.359,24	46.807.552,84	2.498.847,56		-	-	(40.052.481,67)	299.932.474,87	
2050	27	1.700.943.951,79	258.668.051,37	11.169.988,11	45.297.678,33	2.201.554,39		-	-	(39.102.894,64)	299.972.500,40	
2051	28	1.785.991.149,38	259.961.391,63	10.179.847,83	43.431.354,94	2.006.402,20		-	-	(37.659.579,23)	299.627.373,06	
2052	29	1.875.290.706,85	261.261.198,59	8.816.232,96	41.975.583,09	1.737.639,84	-	-	-	(36.715.029,11)	299.713.867,54	-
2053	30	1.969.055.242,19	262.567.504,58	7.719.375,09	40.375.194,68	1.521.454,09		-		(35.552.496,98)	299.641.455,65	
2054	31	2.067.508.004,30	263.880.342,10	6.345.885,81	39.157.383,69	1.250.745,54	-	-	-	(34.833.007,53)	299.964.095,17	-
2055	32	2.170.883.404,51	265.199.743,81	5.251.894,21	37.757.074,83	1.035.124,72	-			(33.856.080,02)	300.090.948,55	
2056	33	2.279.427.574,74	266.525.742,53	4.046.171,83	36.582.205,25	797.482,26	-			(33.124.338,00)	300.447.562,79	
2057	34	2.393.398.953,48	267.858.371,24	3.223.717,20	35.126.979,81	635.380,15	-			(32.011.673,10)	300.505.424,50	
2058	35	2.513.068.901,15	269.197.663,10	2.150.421,98	33.993.610,05	423.838,50			-	(31.277.292,59)	300.898.794,19	



Tabela - Análise da Viabilidade do Plano de Amortização

Alialise da Viab	muat	ie uo Piali		<u> zayao</u>
ANO	No.	Impacto da Despesa Total de Pessoal na RCL	Relação com Limite Prudencial (Parágrafo único do art. 22 da LRF)	_Resultado Financeiro
2023	0	65,38%	27,44%	
2024	1	64,06%	24,87%	-100,00%
2025	2	60,86%	18,63%	-100,00%
2026	3	57,72%	12,52%	-100,00%
2027	4	54,89%	7,01%	-100,00%
2028	5	52,01%	1,39%	-100,00%
2029	6	49,49%	-3,53%	-100,00%
2030	7	46,92%	-8,54%	-100,00%
2031	8	44,69%	-12,88%	-100,00%
2032	9	42,42%	-17,31%	-100,00%
2033	10	40,37%	-21,31%	-100,00%
2034	11	38,33%	-25,28%	-100,00%
2035	12	36,46%	-28,93%	-100,00%
2036	13	34,62%	-32,51%	-100,00%
2037	14	32,91%	-35,86%	-100,00%
2038	15	31,34%	-38,92%	-100,00%
2039	16	29,77%	-41,97%	-100,00%
2040	17	28,32%	-44,80%	-100,00%
2041	18	26,92%	-47,52%	-100,00%
2042	19	25,82%	-49,67%	-100,00%
2043	20	24,82%	-51,61%	-100,00%
2044	21	23,67%	-53,85%	-100,00%
2045	22	22,56%	-56,03%	-100,00%
2046	23	21,46%	-58,18%	-100,00%
2047	24	20,43%	-60,18%	-100,00%
2048	25	19,46%	-62,08%	-100,00%
2049	26	18,51%	-63,91%	-100,00%
2050	27	17,64%	-65,62%	-100,00%
2051	28	16,78%	-67,30%	-100,00%
2052	29	15,98%	-68,85%	-100,00%
2053	30	15,22%	-70,34%	-100,00%
2054	31	14,51%	-71,72%	-100,00%
2055	32	13,82%	-73,05%	-100,00%
2056	33	13,18%	-74,31%	-100,00%
2057	34	12,56%	-75,53%	-100,00%
2058	35	11,97%	-76,66%	-100,00%



ANEXO 7 - TÁBUAS EM GERAL

х	"BRASIL: TÁBUA DE MORTALIDADE IBGE 2022 - EXTRAPOLADA PARA AS IDADES ACIMA DE 80 ANOS - MULHERES.	"BRASIL: TÁBUA DE MORTALIDADE IBGE 2022 - EXTRAPOLADA PARA AS IDADES ACIMA DE 80 ANOS - HOMENS.	ALVARO VINDAS
1	0,01168638	0,01394032	
2	0,00086714	0,00093524	
3	0,00063078	0,00071899	
4	0,00046448	0,00055583	
5	0,00035084	0,00043479	
6	0,00027575	0,00034678	
7	0,00022887	0,00028476	
8	0,00020277	0,00024328	
9	0,00019210	0,00021877	
10	0,00019402	0,00020948	
11	0,00020646	0,00021608	
12	0,00022838	0,00024218	
13	0,00025868	0,00029542	
14	0,00029593	0,00039015	
15	0,00033857	0,00054643	0,00059
16	0,00038434	0,00078962	0,00058
17	0,00043118	0,00113173	0,00058
18	0,00047686	0,00155032	0,00058
19	0,00051971	0,00198246	0,00058
20	0,00055852	0,00233505	0,00057
21	0,00059329	0,00256261	0,00057
22	0,00062467	0,00266742	0,00057
23	0,00065376	0,00269288	0,00057
24	0,00068177	0,00269115	0,00057
25	0,00070937	0,00268815	0,00057
26	0,00073707	0,00269859	0,00057
27	0,00076497	0,00271885	0,00058
28	0,00079319	0,00274135	0,00058
29	0,00082236	0,00276133	0,00059
30	0,00085346	0,00277597	0,00059
31	0,00088815	0,00278812	0,00060
32	0,00092838	0,00280239	0,00061
33	0,00097583	0,00282364	0,00063
34	0,00103203	0,00285647	0,00065
35	0,00109734	0,00290298	0,00067
36	0,00117147	0,00296440	0,00070



37	0,00125340	0,00304091	0,00074
38	0,00134168	0,00313263	0,00078
39	0,00143613	0,00324125	0,00082
40	0,00153740	0,00336955	0,00087
41	0,00164823	0,00352213	0,00092
42	0,00177273	0,00370468	0,00099
43	0,00191448	0,00392130	0,00105
44	0,00207669	0,00417495	0,00112
45	0,00225897	0,00446357	0,00120
46	0,00245794	0,00478114	0,00129
47	0,00266751	0,00511912	0,00139
48	0,00287938	0,00546707	0,00151
49	0,00308920	0,00582209	0,00163
50	0,00329627	0,00618776	0,00178
51	0,00350708	0,00657882	0,00194
52	0,00373407	0,00701919	0,00213
53	0,00398966	0,00753027	0,00234
54	0,00428653	0,00813168	0,00260
55	0,00463134	0,00882784	0,00290
56	0,00502514	0,00960776	0,00326
57	0,00546481	0,01044946	0,00371
58	0,00594272	0,01131952	0,00425
59	0,00645572	0,01219856	0,00491
60	0,00700615	0,01308467	0,00572
61	0,00760503	0,01400180	0,00671
62	0,00827339	0,01500160	0,00790
63	0,00903167	0,01613308	0,00933
64	0,00989849	0,01744027	0,01107
65	0,01088061	0,01893891	0,01317
66	0,01196766	0,02060665	0,01568
67	0,01314058	0,02240209	0,01865
68	0,01437106	0,02426259	0,02220
69	0,01564602	0,02615271	0,02641
70	0,01697945	0,02808412	0,03143
71	0,01841478	0,03011652	0,03741
72	0,02003559	0,03237282	0,04451
73	0,02192773	0,03497063	0,05297
74	0,02416876	0,03800373	0,06303
75	0,02680608	0,04150990	0,07501
76	0,02982294	0,04542311	0,08926
77	0,03317326	0,04963972	0,10622
78	0,03677748	0,05402300	0,12641



79	0,04058891	0,05850429	0,15042
80	0,04466077	0,06317835	0,17900
81	0,04912981	0,06825638	0,21301
82	0,05426806	0,07412252	0,25349
83	0,06035468	0,08113914	0,30165
84	0,06758119	0,08950872	0,35896
85	0,07600319	0,09923260	0,42716
86	0,08532962	0,10984481	0,50833
87	0,09508786	0,12067368	0,60491
88	0,10468715	0,13095818	0,71984
89	0,11363776	0,14011900	0,85661
90	0,12195353	0,14824709	1,00000
91	0,12521323	0,14916785	0,00000
92	0,13372595	0,15715547	0,00000
93	0,14334904	0,16644006	0,00000
94	0,15431544	0,17731217	0,00000
95	0,16692603	0,19015160	0,00000
96	0,18157550	0,20546321	0,00000
97	0,19879045	0,22393052	0,00000
98	0,21928663	0,24649751	0,00000
99	0,24405653	0,27449561	0,00000
100	0,27450583	0,30984256	0,00000
101	0,31266697	0,35535051	0,00000
102	0,36152793	0,41517031	0,00000
103	0,42549372	0,49525730	0,00000
104	0,51080275	0,60297368	0,00000
105	0,62471642	0,74177440	0,00000
106	0,76841300	0,89029687	0,00000
107	0,91272000	0,98242761	0,00000
108	0,98927678	0,99963985	0,00000
109	0,99987049	0,99999987	0,00000
110	0,9999998	1,00000000	0,00000
111	1,00000000	1,00000000	0,00000



ANEXO 8 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

alíquota de contribuição normal: percentual de contribuição, instituído em lei do ente federativo, definido, anualmente, para cobertura do custo normal e cujos valores são destinados à constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento de benefícios;

alíquota de contribuição suplementar: percentual de contribuição, estabelecido em lei do ente federativo, para cobertura do custo suplementar e equacionamento do **déficit** atuarial;

análise de sensibilidade: método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado final de um estudo ou avaliação atuarial;

ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios: somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento das despesas administrativas do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição de capitais de cobertura;

atuário: profissional técnico especializado, bacharel em Ciências Atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão nos termos do Decreto-lei nº 806, de 04 de setembro de 1969;

auditoria atuarial: exame dos aspectos atuariais do plano de benefícios do RPPS realizado por atuário ou empresa de consultoria atuarial certificada com o objetivo de verificar e avaliar a coerência e a consistência da base cadastral, das bases técnicas adotadas, da adequação do plano de custeio, dos montantes estimados para as provisões (reservas) matemáticas e fundos de natureza atuarial, bem como de demais aspectos que possam comprometer a liquidez e solvência do plano de benefícios;

avaliação atuarial: documento elaborado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, que caracteriza a massa de segurados e beneficiários e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que contem parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios;

bases técnicas: premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regramento, compreendo, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos;



custo normal: o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios;

custo suplementar: o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de **deficit** gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos garantidores necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias;

data focal da avaliação atuarial: data na qual foram posicionados, a valor presente, os encargos, as contribuições e aportes relativos ao plano de benefícios, bem como os ativos garantidores, e na qual foram apurados o resultado e a situação atuarial do plano, sendo que nas avaliações atuariais anuais, a data focal é a data do último dia do ano civil, 31 de dezembro;

déficit atuarial: resultado negativo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber e dos parcelamentos vigentes a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios;

deficit financeiro: valor da insuficiência financeira, período a período, apurada por meio do confronto entre o fluxo das receitas e o fluxo das despesas do RPPS em cada exercício financeiro;

Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA: documento exclusivo de cada RPPS, que demonstra, as características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial, elaborado conforme definido pelo DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPPS do Ministério do Trabalho e Previdência - MTP;

duração do passivo: a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses pagamentos;

equacionamento de deficit atuarial: decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio dos planos de custeio e de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares;

equilíbrio atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime;

equilíbrio financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro;

Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJM: a média das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias embasadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA;



evento gerador do benefício: evento que gera o direito e torna o segurado ativo do RPPS, ou o seu dependente, e o segurado inativo elegíveis ao benefício;

Fundo em Capitalização: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, no qual, pelo menos, as aposentadorias programadas e as pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias são estruturadas sob o regime financeiro de capitalização;

Fundo em Repartição: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados e beneficiários filiados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos;

fluxo atuarial: discriminação dos fluxos de recursos, direitos, receitas e encargos do plano de benefícios do RPPS, benefício a benefício, período a período, que se trazidos a valor presente pela taxa atuarial de juros adotada no plano, convergem para os resultados do Valor Atual dos Benefícios Futuros e do Valor Atual das Contribuições Futuras que deram origem aos montantes dos fundos de natureza atuarial, às provisões matemáticas (reservas) a contabilizar e ao eventual **deficit** ou superavit apurados da Avaliação Atuarial;

fundo para oscilação de riscos: valor destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial ou com o objetivo de anti-seleção de riscos, cuja finalidade é manter nível de estabilidade do plano de custeio do RPPS e garantir sua solvência;

ganhos e perdas atuariais: demonstrativo sobre o ajuste entre a realidade e a expectativa que se tinha quando da formulação do plano de custeio, acerca do comportamento das hipóteses ou premissas atuariais;

método de financiamento atuarial: metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das provisões necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados do RPPS;

Nota Técnica Atuarial - NTA: documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, que contém todas as formulações e expressões de cálculo utilizadas nas avaliações atuariais do regime, relativas às alíquotas de contribuição e encargos do plano de benefícios, às provisões (reservas) matemáticas previdenciárias e aos fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes à massa de segurados e beneficiários do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações;

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente;

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente;

passivo atuarial: é o valor presente, atuarialmente calculado, dos benefícios referentes aos servidores, dado determinado método de financiamento do plano de benefícios;



parecer atuarial: documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial;

plano de benefícios: o conjunto de benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais, limitado às aposentadorias e pensões por morte;

plano de custeio de equilíbrio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminadas por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a sua administração, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, proposto na avaliação atuarial;

plano de custeio vigente: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial;

projeções atuariais: compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura e os benefícios calculados por repartição simples, em caso de Fundo em Repartição e benefícios mantidos pelo Tesouro e taxa de administração;

Relatório da Avaliação Atuarial: documento elaborado por atuário legalmente habilitado que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na NTA e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência;

Relatório de Análise das Hipóteses: instrumento de responsabilidade da unidade gestora do RPPS, elaborado por atuário legalmente responsável, pelo qual demonstra-se a adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime e aos parâmetros gerais estabelecidos neste Anexo;

regime financeiro de capitalização: regime no qual o valor atual de todo o fluxo de contribuições normais e suplementares futuras acrescido ao patrimônio do plano é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo este considerado até sua extinção e para todos os benefícios cujo evento gerador venha a ocorrer no período futuro dos fluxos, requerendo o regime, pelo menos, a constituição:

- a) de provisão matemática de benefícios a conceder até a data prevista para início do benefício, apurada de acordo com o método de financiamento estabelecido; e
- b) de provisão matemática de benefícios concedidos para cada benefício do plano a partir da data de sua concessão;

regime financeiro de repartição de capitais de cobertura: regime no qual o valor atual de todo o fluxo de contribuições normais futuras de um único período é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, considerado até sua extinção, para os benefícios cujo evento gerador venha a ocorrer naquele único período, requerendo o regime, no



mínimo, a constituição de provisão matemática de benefícios concedidos para cada benefício a partir da data de concessão do mesmo;

regime financeiro de repartição simples: regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício;

resultado atuarial: resultado apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios, sendo superavitário, caso as receitas superem as despesas, e, deficitário, em caso contrário;

segregação da massa: a separação dos segurados do plano de benefícios do RPPS em grupos distintos que integrarão o Fundo em Capitalização e o Fundo em Repartição;

serviço passado: parcela do passivo atuarial do segurado correspondente ao período anterior a seu ingresso no RPPS do ente, para a qual não exista compensação financeira integral, e, para os beneficiários, à parcela do passivo atuarial relativa ao período anterior à assunção pelo regime próprio e para o qual não houve contribuição para custear esses benefícios;

sobrevida média dos beneficiários: representa a sobrevida média da tábua de mortalidade na data da avaliação atuarial e expresso em anos dos aposentados e pensionistas vitalícios e da duração do tempo do benefício das pensões temporárias;

superavit atuarial: resultado positivo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios;

tábuas biométricas: instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, como sobrevivência, mortalidade, invalidez e morbidade;

taxa atuarial de juros: é a taxa anual utilizada no cálculo dos direitos e compromissos do plano de benefícios a valor presente, sem utilização do índice oficial de inflação de referência do plano de benefícios;

taxa de juros parâmetro: aquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ, divulgado anualmente no Anexo VII desta Portaria, seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios;

Valor Atual das Contribuições Futuras - VACF: valor presente atuarial do fluxo das futuras contribuições de um plano de benefícios, considerando as bases técnicas indicadas na NTA e os preceitos da Ciência Atuarial;

Valor Atual dos Benefícios Futuros - VABF: valor presente atuarial do fluxo de futuros pagamentos de benefícios de um plano de benefícios, considerados as bases técnicas indicadas na NTA e os preceitos da Ciência Atuarial;

viabilidade financeira: capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios do RPPS;



viabilidade fiscal: capacidade de cumprimento dos limites fiscais previstos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; e

viabilidade orçamentária: capacidade de o ente federativo consignar receitas e fixar despesas, em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos com o RPPS.

Alíquotas ou contribuições normais estão compreendidas as alíquotas ou contribuições normais do ente, dos segurados e beneficiários; e

Às alíquotas ou contribuições suplementares estão compreendidas as alíquotas ou contribuições suplementares do ente.